



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

COMISSÃO ESPECIAL - REFORMA POLÍTICA 2011		
EVENTO: Audiência Pública	Nº: 0617/11	DATA: 27/05/2011
INÍCIO: 10h25min	TÉRMINO: 13h30min	DURAÇÃO: 3h05min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 3h05min	PÁGINAS: 67	QUARTOS: 37

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

RASCA RODRIGUES - Deputado Estadual pelo PV do Paraná.
RICARDO COSTA DE OLIVEIRA - Doutor em Ciências Sociais e Professor.
OLIVAR CONEGLIAN - Advogado, Professor e Juiz aposentado.
LUIZ FERNANDO PEREIRA - Mestre em Direito e Presidente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB do Paraná.
PAULO SALAMUNI - Vereador da Câmara Municipal de Curitiba.
MARIA TEREZA CUNHA - Professora.
JORGE LUIZ BERNARDI - Representante da Faculdade Técnica Internacional — FATEC Internacional.
EDSON FELTRIN - Advogado e Presidente da Federação das Associações de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana — FEMOTIBA.
GILBERTO CARVALHO - Ex-Deputado Federal.
RAFAEL DE LALA - Representante da Frente Suprapartidária.
NIVALDO ORLANDI - Ex-Prefeito da cidade de Embu das Artes, São Paulo, Coordenador dos Diretórios Zonais do PDT em Curitiba e integrante do Movimento de Resistência Leonel Brizola.
MARIANE DE SIQUEIRA - Representante do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado.
HÉLIO BAMPI - Vice-Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Paraná — FIEP.
JOSETE DUBIASKI DA SILVA - Vereadora da Câmara Municipal de Curitiba.
LIRANI FRANCO - Vereadora da Câmara Municipal de Fazenda Rio Grande, Estado do Paraná.
RONI BARBOSA - Petroleiro, advogado e Presidente da Central Única dos Trabalhadores — CUT.
DORIS DE JESUS - Representante do Pcdob.
PAULO FROUT - Vereador da Câmara Municipal de Curitiba.
CRETAN CAIGANGI - Representante da Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul — ARPINSUL.
DENIS DENILTON - Representante da União dos Negros e Negras pela Igualdade — UNEGRO.
ALMIR BUENO - Presidente da Câmara de Guaíra.
FRANCISCO COELHO - Vereador da Câmara Municipal de São Pedro do Iguaçu.
ELZA CAMPOS - Representante da União Brasileira de Mulheres e integrante do Conselho Nacional de Direitos da Mulher — CNDM.
ALZIMARA BARCELLAR - Representante da Federação das Mulheres.
DENIRCE CASSIANO - Representante do APP Sindicato.
ELIZEU RISCIRI - Representante do Instituto Afro-Rebouças.

SUMÁRIO: Conferência Estadual do Paraná. Contribuições da sociedade paranaense à proposta de reforma política e eleitoral.

OBSERVAÇÕES

Reunião realizada na Assembleia Legislativa do Paraná, em Curitiba.
Há palavra ou expressão ininteligível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Vamos dar início à nossa reunião.

Senhoras e senhores, bom dia.

Eu sou Edinho Araújo, Deputado Federal, 1º Vice-Presidente da Comissão de Reforma Política da Câmara Federal, do PMDB de São Paulo.

A fim de oferecer a todos os brasileiros a oportunidade de participarem efetivamente da discussão relativa à reforma política, vamos dar início à Conferência Estadual da Comissão Especial de Reforma Política da Câmara dos Deputados.

Passo agora à composição da Mesa. Convido a Senadora Gleisi Hoffmann, do PT do Paraná (*palmas*); o Senador Anibal Diniz, do PT do Acre, membro e representante da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal (*palmas*); Deputado Federal Sandro Alex, membro da Comissão Especial de Reforma Política da Câmara dos Deputados e idealizador do requerimento de instalação da audiência pública *Paraná na Reforma Política* (*palmas*); Deputada Federal Rosane Ferreira, também da Comissão de Reforma Política (*palmas*); Deputado Federal Rubens Bueno, Líder do PPS e presidente estadual do partido (*palmas*); Deputado Federal Edmar Arruda, também da Comissão de Reforma Política (*palmas*); Deputado Federal Dr. Rosinha. (*Palmas.*)

Quero convidar, como representante da Casa, agradecendo a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, o Deputado Estadual Rasca Rodrigues. (*Palmas.*) Também convido para compor a Mesa o Deputado Estadual Ademir Bier; o Deputado Estadual Tadeu Veneri (*palmas*); e o Dr. Luiz Fernando Pereira, Presidente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB. (*Palmas.*)

Senhoras e senhores, quero passar agora a palavra ao Deputado Rasca Rodrigues, que vai fazer a saudação em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná.

O SR. RASCA RODRIGUES - Bom dia a todas e a todos.

Uma saudação especial à nossa Senadora Gleisi Hoffmann; ao nosso Senador do Acre; aos nossos Deputados Federais e Estaduais, às senhoras e aos senhores.



É com muita honra que eu recebi a delegação do Presidente Valdir Rossoni de representar, junto com os demais colegas, o Poder Legislativo do Estado do Paraná. Esta Casa sente-se honrada com a presença de tão ilustres pessoas para discutir um tema muito importante para a política do nosso País.

Vereadores presentes, em nome do Vereador Jair César saúdo os demais Vereadores presentes, como o Vereador Salamuni.

Nós temos um sistema político quase único no mundo e, no meu entender, ultrapassado. É bem-vinda, portanto, esta discussão que o Congresso Nacional faz para que, definitivamente, façamos a reforma política que coloque o País dentro dos sistemas políticos modernos que permita a paridade, que permita a inclusão das minorias nesse processo e que não fiquemos com esse sistema antigo.

Então, é com muita honra que nós abrigamos esta audiência pública e tenho certeza de que nós, paranaenses, contribuiremos bastante com essa reforma.

Bom dia a todos. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Convido agora o Deputado Sandro Alex, membro da Comissão, para fazer a sua saudação.

O SR. DEPUTADO SANDRO ALEX - Obrigado, Sr. Presidente. É um prazer recebê-lo na Capital de todos os paranaenses, nosso Deputado Federal Edinho Araújo, de São Paulo, 1º Vice-Presidente da Comissão Especial da Reforma Política da Câmara dos Deputados.

Quero cumprimentar — agradecendo a presença — a Senadora Gleisi Hoffmann, que trouxe também o movimento das mulheres, que aqui se fazem presentes. Também quero cumprimentá-las. Cumprimento todos os Deputados que estão à Mesa, representantes da OAB e do Poder Legislativo. Cumprimento os Vereadores, Lideranças, sociedade civil organizada.

Para mim é um prazer poder trazer até o Paraná uma audiência pública da Comissão da Reforma Política. Através do meu partido, o PPS — aqui estou ao lado do nosso Presidente Estadual —, fui indicado membro titular desta Comissão. E fiz um requerimento para que realizássemos, aqui em Curitiba, esta audiência pública e que os senhores e as senhoras pudessem dar a sua colaboração a esse assunto tão importante para todos os brasileiros.



Hoje, com orgulho, vejo, além do meu requerimento aprovado, a realização desta audiência nesta sexta-feira.

Estamos aqui para ouvi-los e esperamos que desta audiência pública nós possamos levar boas ideias para o relatório final que será apresentado no próximo mês na Câmara dos Deputados.

Agradeço a todos a presença. Vamos realizar aqui uma boa audiência que vai colaborar, tenho certeza, para que nós tenhamos um futuro mais democrático e promissor no nosso País.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Obrigado, Deputado.

Convido o Deputado Estadual Marcelo Rangel para compor a Mesa.

Com a palavra a Deputada Federal Rosane Ferreira, para a sua saudação.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Cumprimentando o Deputado Rasca Rodrigues, nosso anfitrião, cumprimento a Mesa, já nominada, e os demais presentes.

Para nós é uma honra, uma satisfação e uma responsabilidade muito grande estar aqui debatendo esse tema de suma importância para todos os brasileiros e brasileiras.

Há cerca de 3 meses estamos nos reunindo na Câmara Federal, ouvindo os diversos segmentos da sociedade, ouvindo cientistas políticos e debatendo a reforma política.

Por que temos de fazê-la? Primeiro, para aproximar a política do cotidiano da vida das pessoas. Uma pesquisa apresentada a nós, na Câmara dos Deputados, mostrou que 70% das pessoas que votaram em Deputados Federais, em outubro, em novembro já não sabiam em quem haviam votado.

Um outro estudo nos mostrou que a última campanha eleitoral custou mais de 3 bilhões de reais — 900 milhões somente em isenções fiscais para os meios de comunicação.

Nós temos que rever algumas coisas. O nosso sistema é bom, mas pode ser aperfeiçoado. É por isso que estamos aqui, neste momento, para ouvir como pensa a sociedade paranaense.

Muito obrigada. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Obrigado.

Tem a palavra o Deputado Federal Edmar Arruda.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Sr. Presidente da Mesa, Deputado Edinho, quero, em seu nome, cumprimentar todos os que estão nesta audiência, em especial os componentes da Mesa, os senhores, as senhoras, os jovens. Esta é uma ocasião onde nós, que fazemos parte da Comissão Especial de Reforma Política, temos a oportunidade de ouvir os senhores, de ouvir a sociedade organizada, de ouvir os nossos líderes políticos do Estado do Paraná, meu Estado. Precisamos realmente da contribuição dos senhores.

Nós temos tido a oportunidade de debater com a sociedade, através de seus representantes em âmbito federal, com todas as esferas. Há um consenso de que é preciso fazer a reforma política. Mas também há uma descrença muito grande em relação a se fazer essa reforma.

Nós observamos dentro dos nossos partidos... Falo em especial do meu partido, o PSC. Somos, lá em Brasília, 18 Deputados Federais, e existem três ou quatro correntes dentro do próprio partido. Isso somente com 18 Deputados. Imaginem essa discussão a nível nacional. Quando nós falamos em financiamento público de campanha, o bicho pega, a coisa vai-se desenrolando e nós não conseguimos fechar.

Então, queria dizer aos senhores e às senhoras que estão aqui que nós viemos aqui para ouvi-los e não para falar. Creio que os senhores têm acompanhado pela imprensa, pela mídia nacional todos os temas que estão sendo abordados. E alguns temas são muito simples, fáceis de tomar uma decisão, como, por exemplo, o fim da coligação na proporcional, a questão do mandato único, a unificação de datas de mandato.

Porém, na hora em que nós entramos no sistema público de financiamento de campanha e no sistema eleitoral, o bicho pega. Aparecem várias propostas e cada uma delas tem efeitos colaterais.

Nós queremos, nesta manhã, ter a oportunidade de discutir com os senhores. Quero dizer que esta é uma oportunidade única no Brasil de promover, de fato, essa reforma política. Para isso, nós, Deputados Federais, Senadores, Deputados Estaduais e Vereadores, não podemos olhar para nós mesmos, do contrário não



faremos a reforma. Nós não podemos olhar somente para o nosso partido, porque assim não faremos a reforma.

Tenho ouvido, por exemplo, de algumas lideranças: *“Para mim, do jeito que está, está bom”*. A questão não é se para mim está bom; é se está bom para o País, para a Nação, para o amadurecimento da democracia. E aí temos que olhar. *“Ah, mas com o financiamento público de campanha vai haver mais um imposto”*. Ninguém está falando em mais um imposto. Nós estamos falando em um sistema cuja grande parte já é o financiamento público, se não na sua quase totalidade. Ou será que o horário gratuito, que não é gratuito, não é público, não é pago com o dinheiro do contribuinte? Será que outras formas existentes neste sistema que já está exaurido também não saem de recursos dos contribuintes?

Então, quero apenas lançar essa semente para podermos iniciar o debate e ouvi-los. Isso é o mais importante. Tenham um bom-dia.

Parabéns, Deputado Edinho, pela condução. Que V.Exa. seja feliz e que Deus possa nos dar uma boa manhã aqui, na sua presença, e que nós tenhamos discernimento para discutir esse assunto tão importante e tão polêmico no Brasil.

Muito obrigado, senhores. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Muito obrigado, Deputado.

Com a palavra o Deputado Federal Rubens Bueno.

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Sr. Presidente, Deputado Edinho Araújo, grande amigo, é um prazer recebê-lo aqui em Curitiba. Cumprimento a Senadora Gleisi Hoffmann, os demais Senadores, os Deputados, o nosso Senador Anibal, do Acre, o nosso Deputado Sandro Alex, representante do PPS na Comissão Especial de Reforma Política, enfim, que todos se sintam nominados, até para não me tornar repetitivo.

Entidades presentes, já fizemos um trabalho, e o diretório nacional já aprovou 11 pontos que entendemos importantes para serem discutidos durante o debate da reforma política. A bancada federal também aprovou esses 11 pontos.

Dentre eles, especificamente, nós temos a questão do voto distrital misto, com lista fechada e financiamento público não exclusivo de campanha, sendo proibida a parte do financiamento da pessoa jurídica, aberto somente a pessoa física até o limite de 2 mil reais.



Temos a questão dos Senadores. O suplente será suplente até a próxima eleição. Acaba-se com 2 Senadores, seja do parentesco seja do financiador, fazendo do Senado Federal um grupo de Senadores sem voto.

Há a questão que diz respeito ao fim da reeleição. Nós defendemos a reeleição, num primeiro momento, e chegamos à conclusão de que isso é danoso para o País, sob qualquer aspecto: o aspecto da ética na política, o aspecto do poder econômico, do abuso do poder político. Então, nós estamos propondo o fim da reeleição.

Tratamos também de outros pontos importantes, e consideramos fundamental — e não está em discussão — a questão do parlamentarismo. Nós defendemos o parlamentarismo porque acreditamos que este modelo de presidencialismo imperial vigente no Brasil já ultrapassou todos os limites. Vamos viver de crise em crise, sem chegar ao que o parlamentarismo poderia dar, programaticamente falando: governos mais duradouros e projetos com começo, meio e fim, podendo ser de curto, médio e longo prazos.

Então, a proposta está aí.

Parabenizo o Deputado Sandro Alex por apresentar um requerimento para que a Comissão Especial viesse a Curitiba fazer um trabalho, como está fazendo, com a sociedade presente debatendo, discutindo e elencando pontos importantes para buscarmos um consenso.

Nós já levamos esse documento do PPS ao Presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Cezar Peluso; ao Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Lewandowski; ao Líder do PT, Deputado Paulo Teixeira; ao Líder do PSDB, Deputado Duarte Nogueira; ao Líder do PMDB, Deputado Henrique Eduardo Alves; ao Presidente da OAB, Ophir Cavalcante, enfim, já levamos a várias entidades um documento, inclusive os projetos, abrindo um debate para que busquemos um consenso.

Se for na base do puxa para cá, puxa para lá, não vamos a lugar nenhum. Então, é preciso buscar um consenso, especialmente com os grandes partidos, para termos a reforma política, já adiada por muito tempo. Ela é necessária, até porque o sistema vigente é ultrapassado, envelhecido e sobretudo, lamentavelmente, corrompido. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Muito obrigado, Deputado Rubens Bueno.

Tem a palavra o Senador Anibal Diniz, do PT do Acre.

O SR. SENADOR ANIBAL DINIZ - Senhores componentes da Mesa, permitam-me cumprimentá-los na pessoa da Senadora Gleisi Hoffmann, essa companheira extraordinária do Partido dos Trabalhadores que tanto dignifica a política brasileira como representante do Estado do Paraná no Senado Federal. *(Palmas.)*

Eu quero fazer este cumprimento especial, Senadora Gleisi, porque fiquei muito agradecido e muito honrado pelo convite de vir ao Paraná participar desta audiência pública, porque eu sou um Senador do Acre, mas nasci aqui no Paraná, em Campo Mourão. *(Palmas.)* Volto a esta minha terra, a quem devo a minha vida e a minha formação inicial, dos meus familiares. Tenho muito orgulho, muita honra de sempre dizer que sou paranaense.

Estamos procurando contribuir com a política nacional, porque se nós defendemos um mundo sem fronteiras, imaginem se nós vamos defender um País com fronteiras? Então, somos todos brasileiros e estamos todos em busca de fazer o melhor pelo Brasil.

Este tema da reforma política é algo que nos apetece por completo, porque nós somos, por vocação e por imposição, todos seres eminentemente políticos e devemos estar permanentemente discutindo e buscando envolver a sociedade no sentido de buscar o que é melhor para a sociedade.

A reforma política nos impõe um misto de esperança e de absoluto pessimismo, porque ao mesmo tempo em que ouvimos de maneira uníssona a necessidade da reforma política, de mudar o sistema, de democratizar a participação, de criar mecanismos mais transparentes nos processos eleitorais, para cada vez mais termos eleições mais limpas, mais participativas e com resultados que traduzam a representatividade de cada segmento no Parlamento e também nos cargos majoritários; ao mesmo tempo em que há unanimidade clamando por esses aspectos, quando vamos ver a posição de cada partido, de cada grupo que se organiza, seja no Senado Federal, seja na Câmara dos Deputados, nós percebemos que cada um está defendendo os seus pontos de vista e com muito pouca



disposição para, verdadeiramente, ceder à posição do contrário e construir, assim, consensos que minimamente façam o País avançar.

Eu sou muito otimista de um modo geral. Eu acho que o processo eleitoral brasileiro, desde 1982, quando nós tivemos a volta das eleições para Governadores e Prefeitos das Capitais, e desde 1989, quando tivemos a primeira eleição direta para Presidente, pós período de exceção, nós tivemos todas as eleições com regras diferentes. De lá para cá, todas as eleições aconteceram sempre com alguma coisa diferenciada.

É claro que nós evoluímos muito e temos que comemorar o que evoluímos. Temos o sistema de apuração mais avançado do mundo e temos que reconhecer cada passo que demos. Nós tivemos muita coisa que aconteceu para melhor, mas também há algumas que aconteceram para pior.

Na Comissão do Senado, foram eleitos 11 pontos para serem discutidos. Dentre esses 11 pontos, temos concordâncias e discordâncias, e vamos ter que refletir sobre cada uma delas.

Eu gostaria, dos pontos que foram discutidos nesta Comissão, de me ater a um especificamente, que é em relação à lista preordenada com alternância de gênero, para garantir maior representatividade das mulheres no Parlamento brasileiro. (*Palmas.*)

Eu sei que a minha porção pessimista se apresenta dizendo que temos pouquíssimas chances de passar a lista preordenada com alternância de gênero e com financiamento público de campanha. Mas eu quero dizer que seria muita covardia da parte dos Parlamentares brasileiros, Deputados do sexo masculino e do sexo feminino, se nós não assumíssemos a responsabilidade de fazer essa briga, porque não é justo que em uma sociedade em que 51% das pessoas são do sexo feminino, haja um Parlamento em que dentre 513 Deputados existam apenas 47 mulheres. (*Palmas.*) No Senado Federal, nós temos 81 cadeiras com apenas 11 ocupadas pelo sexo feminino.

Por esse motivo, tenho feito alguns pronunciamentos e vou tentar intensificar essa discussão onde haja espaço para podermos fazer essa defesa. Seria uma defesa pura e simples. A sociedade brasileira tem uma dívida histórica com suas mulheres. (*Palmas.*) E nós podemos escrever os nossos nomes na história como



sendo a geração de representantes que deu o passo mais avançado no sentido de mostrar o Brasil como um País com absoluto respeito à nossa pluralidade de gênero, e nós teríamos uma representação exemplar no mundo.

Nesse sentido, quero dizer que ainda que sejamos minoria, que estejamos defendendo esse ponto de vista, acho que nós temos que fazer isso ecoar nas ruas, e temos que fazer com que cada Parlamentar do sexo masculino seja constrangido a dizer se é a favor ou contra que tenhamos maior representatividade das mulheres no nosso Parlamento. (*Palmas.*)

Eu quero me colocar completamente à disposição dessa luta, e tenho certeza de que a Senadora Gleisi Hoffmann estará somando em todos os aspectos, porque S.Exa. é protagonista nesse processo. S.Exa. sabe o quanto é importante o fortalecimento da representação da mulher no Parlamento brasileiro.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Registro a presença do Deputado Federal Leopoldo Meyer, do PSB do Paraná. A Mesa se estende até V.Exa. Portanto, considere-se integrante da Mesa principal.

Agora, com muito prazer, eu passo a palavra à Senadora Gleisi Hoffmann.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - Bom dia a todos e a todas aqui presentes. É um prazer muito grande fazer parte desta audiência pública. Quero fazer uma saudação muito especial ao Deputado Edinho Araújo, uma pessoa que conhecemos há muito tempo, da época em que o Paulo também foi Deputado Federal. É um prazer tê-lo aqui em nosso Estado. Seja muito bem-vindo.

Também quero fazer uma saudação muito especial e calorosa ao Senador Anibal Diniz, representante do Acre, mas também paranaense — agora temos quatro Senadores pelo Paraná. S.Exa. veio fazer uma visita a Campo Mourão e a Luiziana e eu lhe disse: “*Olha, não pode passar lá sem participar da nossa audiência pública*”. S.Exa. vem também com uma missão muito especial: a Comissão de Constituição e Justiça do Senado aprovou, por um requerimento da Senadora Marta Suplicy, a realização de audiências públicas com o foco em reforma política e gênero.

Conversando com o Deputado Sandro Alex e com o Relator da matéria na Câmara dos Deputados, chegamos à conclusão de que seria bom nós unificarmos



essa discussão e fazermos em conjunto com a Câmara dos Deputados. E como o Senador Aníbal Diniz é também membro da Comissão de Constituição e Justiça do Senado — eu não sou —, veio justamente também com a função de levar ao Senado e à Comissão de Constituição e Justiça este debate sobre a participação das mulheres no processo político.

Então, agradeço muitíssimo a sua presença, Senador, que nos honra muito. Seja muito bem-vindo aqui.

Quero fazer uma saudação ao Deputado Rasca Rodrigues, que representa esta Casa, que nos abre a Assembleia Legislativa, que nos acolhe aqui. Faço também uma saudação ao Deputado Sandro Alex, autor do requerimento para que realizássemos esta audiência pública aqui no Paraná, em Curitiba, isso é muito importante; à Deputada Rosane Ferreira, uma das duas Deputadas Federais que o Paraná elegeu nesta Legislatura, que tem nos orgulhado muito também com a sua atuação lá, sempre presente; ao Deputado Federal Edmar Arruda, nosso companheiro de caminhada; ao Deputado Federal Dr. Rosinha; ao Deputado Federal Rubens Bueno, que já adiantou algumas propostas do PPS; ao Deputado Leopoldo Meyer, que também está aqui — que bom a sua participação; ao Deputado Estadual Tadeu Veneri; ao Deputado Estadual Ademir Pires; ao Deputado Estadual Marcelo Rangel; ao Dr. Luiz Fernando Pereira. Enfim, é uma audiência muito representativa.

Quero fazer uma saudação muito especial aos Vereadores e Vereadoras que estão aqui: Vereadora Lirani, da Fazenda Rio Grande; Vereadora Josete, de Curitiba; Vereadora Marga, de Antonina; Vereadora Ana Maria, de Ponta Grossa — não sei se esqueci de alguma Vereadora. Também temos a nossa Prefeita Lucimeri, de Bocaiúva do Sul, que também está aqui na representação das mulheres.

Saúdo os representantes de todos os partidos políticos que estão aqui; a associação comercial do Paraná, que tem uma delegação aqui bastante representativa — é importante as entidades discutirem e participarem; a Universidade Federal do Paraná — está aqui o Prof. Ricardo e estava aqui a representante do nosso Reitor; a imprensa.



Este debate é muito importante, porque a reforma política é muito discutida, muito querida e requerida e, na realidade, nós temos muita dificuldade em levá-la a cabo.

No início deste ano, tanto a Câmara dos Deputados quanto o Senado Federal, o Senado da República, tiveram uma iniciativa de chamar a discussão da reforma política como um dos pontos prioritários das duas Casas de lei. Fizeram em situações diferentes. A Câmara dos Deputados fez uma Comissão, que resolveu fazer audiências públicas para apresentar a sua proposta. Já o Senado da República instituiu uma Comissão, o Presidente Sarney instituiu uma Comissão, que eu diria, num primeiro momento, de notáveis, ex-Governadores, ex-Ministros. Foi esse o critério utilizado pelo Presidente Sarney. Não havia proporcionalidade partidária, como existe na Câmara. E deu um prazo de 45 dias para apresentar propostas à reforma política. Nós fizemos um movimento no Senado para que esta Comissão também contasse com a presença de mulheres, o que não havia. Nós somos 12 Senadoras naquela Casa, 15% da representação. O Senado Federal é o órgão do Poder Legislativo com a maior representação feminina. E nós quisemos também participar. Então, fomos lá participar. Foram participar dessa Comissão as Senadoras Ana Rita e Ana Amélia e a Senadora Lúcia Vânia, representante de Goiás.

Esta Comissão, num prazo de 45 dias, trouxe algumas propostas que eu, rapidamente, queria elencar para os senhores, porque essas propostas já foram transformadas em projetos de emenda constitucional e vão tramitar no Senado e deverão passar pela Câmara.

A primeira proposta é em relação à suplência de Senador. Acabam os dois suplentes, fica um único suplente. Não pode ser parente consanguíneo nem cônjuge. E o suplente não assume o mandato no caso de vacância permanente do Senador. Ele só assume no caso em que o Senador se licenciar. No caso de vacância permanente, deverá ser feita uma nova eleição para o Senado.

Também há a proposta da mudança da data de posse e de duração do mandato. Ou seja, a posse não é mais no dia 1º de janeiro. A posse de Governadores e Prefeitos, no dia 10 de janeiro; da Presidência da República, no dia



15 de janeiro. E os cargos do Executivo passam a ser de 5 anos, sem direito a reeleição.

As coligações também ficam restritas ao Executivo e não mais às majoritárias. A mudança de domicílio eleitoral segue as alterações da lei que já vigora sobre isso, mas impede a alternância de domicílio eleitoral de Prefeito ou Vice-Prefeito durante o seu mandato.

A fidelidade partidária continua sendo a fidelidade já aprovada pelo Congresso Nacional e também ratificada pelos tribunais, pelo Poder Judiciário.

Prevê a possibilidade de candidatura avulsa. Aliás, isso é um pouco de contrassenso, porque tira o voto em lista, para fortalecimento partidário — e lista fechada, não é nem distrital misto —, e vai para candidatura avulsa. A candidatura avulsa apenas no pleito municipal, mediante apoio de 0,5% do eleitorado local.

Tem que haver cláusula de desempenho, ou seja, tem que eleger pelo menos 3 representantes em diferentes Estados da Federação. Os partidos que tiverem 5 Deputados eleitos em diferentes Estados vão ter direito aos programas semestrais de 10 minutos; e para os que não tiverem representação parlamentar, um programa anual de 5 minutos.

Sistema eleitoral e referendo por meio de PEC. Afirma-se o sistema proporcional de lista preordenada, com alternância de gênero, submetendo-se a emenda constitucional a referendo popular. Então, essa emenda constitucional, além de ser aprovada pelo Congresso, tem de passar por referendo popular.

O assunto é extremamente polêmico. Esses não foram pontos pacíficos na deliberação da Comissão. Por exemplo, voto fechado em lista ganhou por apenas 1 voto e não encontra respaldo de grande parte dos partidos no Congresso. Assim como a candidatura avulsa apenas para o pleito municipal.

O Congresso Nacional, primeiramente, tem que ter a consciência de que tem que legislar abrangendo também ele e seus membros. Não pode fazer uma legislação apenas indicando ao pleito municipal o que deve fazer.

Em segundo lugar, nós temos uma reforma eleitoral e não uma reforma política, porque nós não mexemos no sistema de Governo. Portanto, não se discute aqui — e já tivemos plebiscito para isso — se queremos parlamentarismo, presidencialismo ou monarquia.



Não discutimos também a representatividade efetiva dos Estados membros federados. Esse é um problema que nós temos no Congresso Nacional. Nós temos uma sub-representação das Regiões Sul e Sudeste e uma representação maior da Região Nordeste pelo número de Estados que nós temos e, portanto, o número de Deputados por Estado.

Então, são temas extremamente polêmicos. Se esses elencados aqui já são polêmicos, imaginem esses outros.

Eu concordo com o nosso ex-Presidente Lula, quando diz o seguinte: se nós quisermos efetivar uma reforma política consistente, que realmente seja duradoura, que mexa nos temas polêmicos e que ajuste as relações da política brasileira, nós só vamos conseguir fazê-lo com uma Assembleia Constituinte Revisora. *(Palmas.)* Senão, não vamos conseguir fazer uma reforma profunda, com toda boa vontade que nós temos nesta Mesa, porque as divergências são muito grandes.

Portanto, se há a disposição do Congresso Nacional, do Senado da República e da Câmara dos Deputados de fazer esse debate, essa discussão, talvez o que nós devêssemos fazer nesse processo seria termos alguns focos das questões mais problemáticas para nós, que vão do financiamento público ao sistema eleitoral, chegarmos a pontos em que possamos fazer. Com certeza, isso o que o Senador Aníbal Diniz comentou, acerca da sub-representação da metade da população brasileira, é verdade. Nós não vamos ter uma democracia efetiva se a metade da população brasileira não estiver presente no Parlamento brasileiro. Não vamos ter! Então, podemos discutir reforma e ainda assim vamos ter problema da democracia efetiva.

Portanto, nós temos essa PEC que fala sobre a representação do voto em lista, com a representação das mulheres. Mas nós temos uma articulação na Câmara e no Senado quanto a um projeto de lei ordinária que vai mexer nisso, assim que for discutida a PEC — e nós não queremos colocar esse projeto antes dessa discussão, mas assim que for discutida. E, se nós não logarmos êxito, seja num regime, seja num sistema que pode ser o de lista com distrital, portanto, um sistema misto, se não logarmos êxito num processo como esse, nós vamos apresentar um projeto de lei, reservando, no mínimo, 30% do número de cadeiras do Parlamento para que as mulheres possam se fazer representadas. *(Palmas.)* Isso é



o mínimo que nós podemos fazer, para que mais da metade da população brasileira participe dos processos políticos.

E, claro, queremos discutir a forma de entrada, que, no meu entender, também faz parte da democratização: o financiamento público de campanha. Como nós estamos fazendo hoje, na realidade, é o poder econômico, o poder do dinheiro, enfim, há um peso muito grande na nossa representação parlamentar. Nós precisamos fazer com que haja uma democratização maior de acesso de eleição e, portanto, de regras mais democráticas para acesso da população e das representações populares no Parlamento brasileiro.

A discussão é longa, polêmica, e é muito importante esta audiência pública que estamos tendo aqui, inclusive porque sei que muitas das questões que comentei são polêmicas também e que nós vamos ter oportunidade de falar, de ouvir e levar esse debate ao âmbito do Congresso Nacional.

Então, eu quero parabenizar a Câmara dos Deputados, a Assembleia Legislativa e os movimentos sociais e sindicais — está também a CUT aqui presente —, pela presença e pela participação. Espero que daqui nós possamos ter, realmente, propostas que possam jogar luz ao debate que fazemos hoje no Congresso Nacional.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Quero registrar a presença do Deputado Fernando Francischini, Deputado Federal pelo PSDB. E, estando presentes os Deputados Dr. Rosinha, Leopoldo Meyer e Fernando Francischini, quero franquear a palavra a S.Exas., para que, depois, possamos ouvir os nossos expositores e a Plenária. As inscrições já estão abertas. Eles deverão usar o microfone da tribuna.

Com a palavra o Deputado Dr. Rosinha.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Bom dia a todas e todos. Quero cumprimentar o Deputado Edinho Araújo e a Senadora Gleisi Hoffmann. E, ao cumprimentar o Deputado e a Senadora, também os demais membros da Mesa devem se sentir cumprimentados.



Uma vez que estamos aqui para ouvir a opinião dos nossos convidados, vou fazer apenas um breve registro. O primeiro deles é que fico muito contente de ver o movimento pela reforma política eleitoral do nosso País.

A nossa Constituição é de 1988. Portanto, nossa democracia é muito recente, e já é questionado o método de eleições e o método de organização política. Isso significa um avanço, porque, rapidamente, a população viu que aquilo que saiu precisa avançar.

Quero fazer três breves comentários sobre a questão da reforma política e reforma eleitoral.

Sei que é muito difícil avançar numa reforma política profunda. Mas um tema abordado pela Senadora Gleisi Hoffmann não pode passar despercebido: a representação da população brasileira. O Sul e o Sudeste do nosso País são sub-representados em relação ao Norte e Nordeste. A definição de, no mínimo, 8 Deputados por Estado do Norte e de qualquer outro lugar do País e, no máximo, de 70, que é número do Estado de São Paulo, dá uma sub-representação ao nosso País. O povo que vive no Sul e no Sudeste tem menor representatividade do que o do Norte e Nordeste. E, isso, numa reforma política, tem que ser corrigido.

O segundo ponto para o qual chamo a atenção é o de que uma reforma política não pode deixar passar oportunidade de abrir o espectro da participação popular. Nós temos que fazer com que o referendo e o plebiscito se concretizem para o maior número de temas e que, definitivamente, seja organizado. Como disse a Senadora Gleisi Hoffmann, inclusive o projeto de lei da reforma política teria que ser submetido a um referendo popular, para obtermos a resposta.

Também não dá para manter o atual método de colher assinaturas para uma iniciativa popular. Nós temos que dizer que a iniciativa popular pode manter esse método até, por exemplo, 100 mil assinaturas. A partir daí, apresenta-se no Congresso Nacional esse projeto, essa proposta. E o próprio Congresso Nacional, por meio da *TV Câmara* e da *TV Senado*, passará a divulgá-lo nacionalmente e uma data deverá ser marcada para que, na urna eletrônica, o povo vá dizer se quer esse projeto como iniciativa popular. Não é votar “sim” ou “não”. Atingido o 1 milhão de votos “sim”, como estabelecido, ele entra como iniciativa popular.



Hoje, alguns projetos ficam no Congresso Nacional por até 8 anos em regime de urgência. Nós temos de estabelecer, na reforma, uma forma de participação em que o povo, com determinado número de assinaturas, possa colocar na pauta de votação a sua proposta em regime de urgência. Hoje, nós temos mecanismos eletrônicos para isso.

Por fim, o terceiro ponto para o qual quero chamar a atenção é o debate eleitoral. Eu estou usando essa chamada, esse símbolo, que é a alternância na lista. Uso com orgulho, porque entendo que é necessário ao nosso País hoje não só fazer o debate, mas incorporar a lista com alternância de gênero. E, se não houver a lista, dizer qual vai ser o mecanismo, quais os princípios que vamos respeitar, que os partidos respeitarão, para que aumente a bancada feminina do Congresso Nacional. Se não houver lista, há princípios que podem ser definidos. E há, como nós estamos debatendo, não só a questão da cota como ela está hoje, porque ela é insuficiente para esse ponto.

Outro ponto é a questão étnica. Acabamos de sair de um censo demográfico que mostrou que mais da metade da população brasileira é afrodescendente. E como está a presença dos afrodescendentes no Congresso Nacional? Então, é importante que se faça esse debate político numa reforma.

Poderíamos aqui ficar 40 minutos, 50 minutos, falando sobre reforma política. Mas eu quis abordar esses três pontos que considero fundamentais numa reforma política, para começarmos a mudar o rumo da participação e da representação brasileira no Congresso Nacional. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Muito obrigado. Com a palavra o Deputado Leopoldo Meyer, para a sua saudação.

O SR. DEPUTADO LEOPOLDO MEYER - Bom dia a todos e a todas.

Minha saudação ao Deputado Edinho Araújo, à Senadora Gleisi Hoffmann, aos demais colegas Deputados Federais, aos Deputados Estaduais, enfim, a todos.

Eu gostaria de ver essa reforma, que não é só política, mas eleitoral também, já com vigência a partir da próxima eleição, especialmente no que se refere aos recursos públicos de campanha. Infelizmente, por esse lado, não possível, mas, felizmente, pelo lado de se levar à exaustão o debate, como nós estamos hoje



fazendo aqui neste Plenário. Que a proposta possa ser amplamente discutida e que tenhamos a melhor reforma para o Brasil e para os brasileiros.

Tive oportunidade de participar com o meu partido — o PSB — esta semana, lá na Câmara dos Deputados, com a presença do Relator, o Deputado Henrique, uma reunião muito proveitosa em que S.Exa. nos apresentou os assuntos discutidos e também recebeu dos Deputados do PSB muitas sugestões para o trabalho que a Comissão realiza na Câmara dos Deputados. Então, é importante que haja o debate e que nós avancemos, proporcionando aos brasileiros a oportunidade da representatividade em todos os segmentos. Esse deve ser o grande propósito.

Que tenhamos hoje aqui um bom debate. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Com a palavra o Deputado Fernando Francischini para a sua saudação.

O SR. DEPUTADO FERNANDO FRANCISCHINI - Bom dia a todos e a todas.

Cumprimento o Deputado Edinho, os demais Deputados Federais, a Senadora Gleisi Hoffmann, os Deputados Estaduais e todos os amigos e amigas aqui presentes.

Serei rápido, até porque não faço parte da Comissão Especial da Reforma Política, mas, na minha ação parlamentar, eu tenho grande interesse em que esta Comissão realmente consiga fazer uma reforma da legislação eleitoral e do sistema de funcionamento político. Por quê? Principalmente porque o meu grande foco lá na plebe, vamos dizer assim, da Câmara dos Deputados, é o combate à corrupção e aos desvios de conduta. Não é possível nós termos uma legislação eleitoral, um sistema político que propicie, em todo o País — não só em Brasília, mas também nas Assembleias Legislativas, nas Câmaras de Vereadores, nas eleições para Presidente, para Governador e para Prefeito — falhas na realização da vontade da população. E, muitas vezes, pelo próprio sistema.

Eu vejo um grande debate em Brasília sobre o melhor ser o distritão. Sei lá. Será que quem tiver mais capacidade financeira, num voto majoritário no Estado inteiro, seria o eleito, e daí as minorias, que representam segmentos importantes da nossa sociedade, que seriam eleitas no voto de legenda, na coligação, ficariam de fora? Por outro lado, há gente que defende a lista fechada. E eu já ouvi críticos perguntando: *“Vai acabar com a corrupção a lista fechada? Mas quanto vai custar a*



vaga na lista fechada?”. Quer dizer, talvez isso alimente a corrupção interna no partido, e acabemos tendo um efeito contrário: ficará mais barato comprar vaga no partido para ser o primeiro da lista, do que gastar dinheiro numa eleição.

Então, muitas coisas são polêmicas, mas eu acho que o importante, no debate da democracia, é haver alguém para dar uns chutes, de vez em quando, no pau da barraca. E eu vejo como opção — é uma defesa minha — o voto distrital misto. Eu acho que, com o distrital misto, nós podemos ter a conjugação das duas coisas: ter o representante local pelo distrito, aquele que representa e trata de temas locais e que vai trazer chances muitas vezes para as minorias, para pessoas que representam uma cidade menor, a exemplo da Deputada Rosane, que está aqui, e que não teria a chance de estar em Brasília se o voto fosse distritão puro. Não teríamos a chance de ter, inclusive, um Deputado bem votado, a exemplo do Deputado Sandro Alex, lá de Ponta Grossa. Então, temos a conjugação de uma lista e a conjugação do distrito. Porém, quanto à lista, eu já vi uma proposta bem interessante e que deixo à reflexão para os membros da Comissão: cada convencional ou cada filiado do partido ter vários votos, poder votar em quatro, cinco nomes, para que se não votando num nome só, o processo não se transforme numa eleição majoritária dentro do partido para escolher quem vai ser o primeiro, o segundo ou o terceiro, ou, muitas vezes, o Prefeito, o Governador ou o Presidente da República escolher alguém dele para pôr em primeiro lugar da lista, enquanto quem tem voto de verdade fica em segundo, terceiro ou quarto lugar, para eleger quem está em primeiro na lista.

Então, eu deixo aqui essa minha preocupação. E informo que já estou terminando, Deputado Edinho, uma alteração na lei de improbidade administrativa em Brasília, uma lei polêmica, difícil de ser aprovada, obrigando as autoridades públicas a apresentarem o Imposto de Renda Pessoa Jurídica juntamente com o de Pessoa Física todos os anos depois de tomar posse e criando realmente dois anos de afastamento para quem ocupa cargos de chefia no Banco Central, na Receita Federal e no Ministério da Fazenda; serão dois anos fora do mercado financeiro, aí incluídas as bolsas de valores e empresas que tenham interesse nessas informações e numa rede de relacionamentos para influenciar o mercado. São normas que realmente podem mudar o quadro, acabar com essa história de contrato



de confidencialidade. Para a autoridade pública não existe contrato de confidencialidade. Se eu escolhi a vida pública, tudo para mim é público. Eu não posso ter um pedaço da minha vida privada e o outro público. É polêmico, vai haver dificuldade para ser aprovado? Vai. Mas eu deixo isso de coração aberto, recebendo críticas, recebendo opiniões positivas, mas cumprindo o papel que todos esses aqui estão — e faço um elogio que eu não costumo fazer — e que são pessoas limpas também cumprem. É difícil ter uma Comissão de Reforma Política como esta que está aqui hoje, com pessoas limpas na vida pública.

Muito obrigado.

Um grande abraço a todos. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Muito obrigado, Deputado.

Agora, há uma programação já estabelecida com três exposições. Vou dar o tempo de 5 minutos para cada um desses expositores previamente agendados; depois, passarei a palavra àqueles que já se inscreveram e cujas fichas já estão em minhas mãos, segundo a assessoria, pela ordem. Consulto o Plenário sobre se 2 minutos são suficientes para a pessoa fazer a pergunta ou manifestar uma posição. Todos estão de acordo, dois minutos? *(Pausa.)*

Inicialmente, o expositor terá 5 minutos, e eu lamento ter de limitar esse tempo, mas isso é para que nós tenhamos a participação de todos, e a nossa disposição é ficarmos aqui enquanto houver alguém com desejo de se manifestar.

Quero também comunicá-los que a Taquigrafia da Câmara está presente e que tudo aquilo que está sendo dito aqui será registrado. Por isso, eu gostaria que, ao falarem, dissessem o nome e a representação que têm, o segmento, o movimento, para que ficasse registrado também no relatório que a Comissão de Reforma Política faz deste nosso encontro.

Com a palavra o Sr. Ricardo Costa de Oliveira, doutor em Ciência Sociais, doutrinador e professor estudioso da política paranaense, por 5 minutos.

O SR. RICARDO COSTA DE OLIVEIRA - Bom dia.

Gostaria de cumprimentar o Deputado Edinho; a Senadora Gleisi Hoffmann; o Deputado Federal Sandro Alex, que é o nosso representante na Comissão da Reforma, em Brasília; o Deputado Rasca; os demais Deputados Estaduais; os Vereadores, as senhores e os senhoras.



Bem, a reforma política e da reforma eleitoral é um tema da mais elevada importância e urgência. E ela deve começar exatamente pela participação popular, porque, afinal, o conceito de política nasceu com os gregos, na ágora, que era uma representação direta dos cidadãos. Então, a cidadania, a participação também deve ter canais de acesso direto às autoridades, à tomada de decisão. Também lembrando que a ideia de instituição legislativa teve origem no Senado romano, e a história do Senado romano é uma história de inclusão social: primeiro dos patrícios para os plebeus; depois, também a inclusão de estrangeiros com a cidadania romana. A ascensão e a queda do Império romano estão ligadas à ascensão e à queda intelectual do Senado romano.

Aqui no Brasil nós temos uma grande tradição parlamentar legislativa, desde as Câmaras Municipais. A formação, a colonização e o povoamento do Brasil são a marcha da evolução das Câmaras Municipais desde o Império português, no período colonial. Agora, sem participação social, era uma forma de representação de uma pequena minoria, de uma pequena classe dominante.

Da mesma maneira, na história do Poder Legislativo no Brasil, o Senado no Império e a Assembleia Geral, criados pela Constituição do Império de 1824, havia o caráter censitário. Ou seja, era uma representação de uma pequena minoria rica, dominante, que excluía a maior parte da população.

Esse dilema continua na Proclamação da República, porque, no período da Constituição de 1891 até 1930, nós tivemos uma rica vida parlamentar no Brasil, com o Senado, com a Câmara dos Deputados, com a Federação, com as Assembleias Estaduais. Agora, nós perdemos tempo porque o sistema entrou em colapso na década de 20 do século passado, exatamente por causas que ainda hoje têm que ser motivos de preocupação: a oligarquização da política, a exclusão da participação das maiorias, o nepotismo e todo o conjunto de malefícios que destruíram a experiência democrática do Poder Legislativo na Primeira República, na República Velha. Com isso, o Brasil perdeu muito tempo ao não ter a democracia institucionalizada e mecanismos de participação legítimos e representativos.

Na atual conjuntura, depois de várias interrupções do Legislativo ao longo do século XX, temos uma nova era com a Constituição de 1988. No entanto, persistem vários dos problemas que foram tradicionais na Primeira República. Um desses



problemas é a ausência da representação de vários setores. E, aí, é sempre uma oportunidade a reforma política e eleitoral para ampliarmos, aperfeiçoarmos e corrigirmos as nossas instituições legislativas.

A grande questão, em primeiro lugar, começa a se organizar na base da sociedade civil. Eu percebo o movimento do Ficha Limpa como uma boa medida que começa, na prática, a reforma eleitoral e a reforma política. E, muitas vezes, acompanhamos o próprio Poder Judiciário entrando, num ativismo, na pauta que seria do Legislativo, pela timidez ou, muitas vezes, pelo protelamento do debate de grandes temas da agenda política nacional.

O primeiro ponto da reforma que deve ser discutido e aprofundado é a questão do sistema eleitoral. O Brasil tem um sistema proporcional de lista aberta. De certa maneira, é um voto uninominal. Esse sistema é único em todas as grandes Federações. O Brasil, ao não ter uma forma de “distritalização” do voto — e, aí, muitas vezes é apontado o sistema federal alemão como o sistema mais interessante, porque é um sistema que conjuga o voto distrital misto, permitindo uma representação territorial na grande profunda capilaridade da Nação...

Observamos que o Brasil, com a sua extensão e com mais de 190 milhões de habitantes, tem problemas na representação no interior, nas grandes regiões metropolitanas. Sem a “distritalização”, aumenta a dinâmica da compra do voto, que é um dos maiores e mais graves problemas da contemporaneidade, o abuso do poder econômico, quando a política passa a ser um negócio econômico para o enriquecimento de determinados grupos. E cada vez — os próprios Parlamentares são os melhores a o reconhecerem — é mais caro uma eleição, cada vez é mais difícil. Então, é o problema do sistema eleitoral, do sistema de financiamento e da relação direta com os eleitores.

A proposta do voto distrital misto contempla a grande territorialidade da distribuição dos eleitores, uma vez que eles estão muitas vezes alienados e desinformados do Poder Legislativo. Perguntem a qualquer grupo de eleitores! Eles não lembram em quem votaram e quem foi eleito, não lembram também de nenhuma política pública, de nenhum projeto de lei ou legislação proposta pelo seu representante, devido ao afastamento e também ao abuso do poder econômico nas



nossas eleições. Então, esta seria uma medida que poderia contribuir com o processo: o voto distrital misto, no sentido alemão.

Outra questão também é evitar o voto uninominal, uma forma de compra de votos. Quando se tem a lista, é um fortalecimento partidário. Agora, também respeitando a capacidade do eleitor de alterar a lista.

Aí, a figura política da lista flexível, que permite o fortalecimento do partido e a manifestação individual do eleitor.

Aí, os outros pontos — financiamento público, mecanismos de transparência, de controle do financiamento e também da vida do Parlamentar. O cidadão de classe média muitas vezes é incomodado pela Receita Federal. Já eu não vi Parlamentar algum ser incomodado porque deu uma declaração muitas vezes falsificada do seu patrimônio à Justiça Eleitoral. (*Palmas.*) Então, muitas vezes, é uma obra de fantasia, de ficção, o que é entregue à Justiça Eleitoral. E muitos Parlamentares, no Senado, não respeitam a própria declaração.

Temos também a questão, para concluir, da suplência do Senado, uma das mais fáceis e que tem de ser extirpada. O suplente não tem legitimidade — e em todos os meios há essa posição. Muitas vezes é a compra do Senado. Observamos a não legitimidade. A questão das coligações também deve ser discutida, assim como a fidelidade partidária, reeleição e também a candidatura avulsa.

Concluindo definitivamente, ressalto que quem conhece a história do Parlamento brasileiro se impressiona com a piora intelectual e cultural dos representantes. Quando no Império, havia uma elite ainda escravocrata e um tipo de debate. E, ao longo da República, um período de mais de 100 anos, houve a piora intelectual dos nossos representantes. Esse é mais um problema que deve ser trabalhado no sentido da ampliação da participação popular, para elevar o nível político e cultural.

Temos de tentar coibir o abuso do poder econômico, a compra de voto e todos os mecanismos que existem desde a República Velha, como o nepotismo, o curral eleitoral e toda a série de mecanismo de manipulação.

Então, é aquela questão: a própria elite Parlamentar deve fazer a reforma antes que aconteça outro movimento, como os que acompanhamos no Brasil ao longo das últimas décadas e dos últimos séculos.



Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Muito obrigado, Dr. Ricardo. Gostaria de dizer ao senhor que é claro que, para uma exposição dessas, talvez fosse necessário um tempo maior para o expositor. Não sei se o Dr. Ricardo vai ter disponibilidade de tempo para, se algum dos participantes desejar fazer alguma pergunta, anotar e voltar à tribuna posteriormente.

Com a palavra o Sr. Olivar Coneglian, professor, doutrinador e juiz aposentado. O senhor disporá de 5 minutos para fazer a sua exposição, sem prejuízo de uma nova intervenção durante a nossa audiência.

O SR. OLIVAR CONEGLIAN - Obrigado.

Primeiramente, quero saudar o Presidente da Mesa, Deputado Edinho Araújo, e, por seu intermédio, saudar todas as autoridades do Paraná e de fora que nos visitam neste momento.

Quero saudar também a Senadora Gleisi Hoffmann e, por meio de S.Exa., saudar todos os paranaenses.

Quero agradecer pessoalmente ao Deputado Sandro Alex, que me fez o convite para estar aqui.

Como foi dito, chamo-me Olivar Coneglian, sou advogado e juiz aposentado. Agradeço por ter sido dito que sou doutrinador. De fato, gosto do Direito Eleitoral e, de vez em quando, escrevo a respeito disso.

Quero trazer uma contribuição à Comissão Especial de Reforma Política. Neste momento, digo à Comissão, ao Deputado Sandro Alex e a todos que participam dela que há no Congresso o Projeto de Lei Complementar nº 455, de autoria do Deputado Osmar Serraglio, relatado na Comissão de Constituição, de Justiça e de Redação, no ano passado, pelo Deputado Regis de Oliveira. O Deputado Regis de Oliveira não é mais o Relator, porque não se reelegeu. E o projeto foi arquivado automaticamente justamente por que passou a Legislatura. Mas, a pedido do Deputado que o apresentou, o Deputado Osmar Serraglio, foi desarquivado e está à disposição dos Deputados.

O Projeto de Lei Complementar nº 455 traria, principalmente para os advogados que militam nas campanhas eleitorais e, em consequência, para os próprios candidatos, para os próprios partidos e para a Justiça Eleitoral, a unificação



de todos os procedimentos eleitorais. É um projeto que não deve ter elementos de conflito. Ou seja, ele pode ser aceito por todos, porque ele não visa beneficiar este ou aquele. Apenas unifica.

Todos os senhores que estão na Mesa, menos o Dr. Pereira, foram candidatos, foram eleitos e sabem o problema que têm os advogados e a própria Justiça Eleitoral nessa unificação, porque não há uma unificação, de fato, nos procedimentos. E esse projeto visa justamente trazer um elemento de maior segurança jurídica nos julgamentos da Justiça Eleitoral.

Tenho de confessar que fui um dos ajudantes do Deputado Osmar Serraglio na confecção desse projeto. O outro ajudante foi o Joel Cândido, a quem os advogados e a maior parte dos políticos conhecem como um grande doutrinador do Rio Grande do Sul. Pedimos, então, que este projeto entre na pauta da Comissão, porque ele pode ser aprovado isoladamente, sem ofender nenhum desses assuntos que estão dentro da reforma política.

Em relação à reforma política em si e em relação a tudo aquilo que está sendo discutido, temos muitas ideias a respeito, mas quero abordar apenas 2 pontos. Um é o financiamento público de campanha. Sou a favor do financiamento público de campanha. Muitos doutrinadores não são a favor, acham que vai haver mais problema do que solução. Eu sou a favor, mas acho que o financiamento público de campanha teria de vir junto com outras modificações.

Por exemplo, teria de haver uma redução no número de partidos. Não podemos pensar num financiamento público de campanha com 30 partidos, como temos agora. Teria de haver uma redução. Essa redução não é imediata. Ela vem através de cláusula de desempenho, etc., mas teria de haver uma redução dos partidos.

Teria de haver também a proibição das coligações proporcionais — e parece que esse é o assunto com maior consenso dentro de todas as discussões; teria de haver uma legislação mais severa para o financiamento privado, proibindo de fato e tornando crime a participação, e uma simplificação da propaganda eleitoral gratuita. Hoje, a propaganda eleitoral gratuita é um grande *show*. Teria que haver uma simplificação. Ou seja, é o candidato que tem de aparecer e falar, sem toda aquela parafernália. Essa seria a questão do financiamento público.



Mas podemos apresentar uma outra solução, podemos colocar em discussão uma outra solução: o financiamento público de campanha indireto. Ou seja, as pessoas físicas poderiam fazer o financiamento. O eleitor que queira fazer uma doação, por exemplo, de 5 mil reais, vai diretamente à Justiça Eleitoral e ali diz: *“Eu quero doar 5 mil reais para tal candidato”*. A Justiça Eleitoral, então, pega o dinheiro e repassa diretamente ao candidato e, assim, já tem metade da prestação de contas pronta ali. Daí a pouco vem outro eleitor e diz: *“Eu quero doar mais 5 mil reais para aquele mesmo candidato”*. E a Justiça Eleitoral vai informar: *“Não pode mais, porque esse candidato já atingiu o limite de doações”*, ou, então: *“O senhor não pode doar, porque está me apresentando uma doação de 5 mil reais e, de acordo com a sua prestação de contas junto ao Fisco, o senhor não ganhou tanto no ano passado e não pode doar”*. Ou seja, a Justiça já faria ali uma seleção possível.

Eu falei de financiamento público indireto; então, esse eleitor que doa recebe, no mesmo momento, da Justiça Eleitoral um recibo, que é um certificado com o qual ele pode pagar imposto. Se doou 5 mil reais, pode pagar um imposto federal de 5 mil reais, se a lei assim o permitir; ou, então, se doou 5 mil reais, vai ter um recibo de 3 mil reais, ou de 80%, ou de 50%, o que a lei determinar. Com esse certificado, ele poderá pagar impostos federais. No caso de não ter imposto federal a pagar, ele pode vender aquele certificado ou doá-lo para outra pessoa usar. Então, esse seria o financiamento público indireto. Isso é algo a ser discutido, se não vingar o financiamento público de campanha.

A última sugestão que fazemos à Comissão é a respeito da coincidência das eleições. Disse o Deputado Edmar Arruda em sua manifestação: *“Nós, na reforma política, não podemos olhar para nós mesmos”*. Mas acabarão olhando, porque serão os autores da lei e os que usarão a própria lei nas eleições. Então, é impossível, mas seria o ideal que cada um não olhasse para si mesmo. E eu diria mais: que não olhassem para si mesmos e nem pensassem no final de setembro. Nós não podemos ter uma reforma política profunda, ou não podemos pensar numa reforma política profunda que tenha de vir já para a próxima eleição, porque nós temos até setembro para isso.

Terminando, em relação à eleição municipal, sugerimos completamente o contrário: fazer eleição municipal em cada Município em datas diferentes. A cada 4



anos, nós temos um ano em que há eleição geral. Nós outros 3 anos, poderíamos ter eleições no Brasil inteiro, todos os meses. Aí, a máquina administrativa não pararia. Essa eleição pulverizada, como a chamamos — e temos resposta para todas as questões que podem surgir sobre isso —, combina com o voto distrital. Então, por exemplo, vai haver eleição em Colombo. Toda a Assembleia aqui vai parar, porque está preocupada com a eleição em Colombo? Não, nem toda Assembleia, apenas 2 ou 3 Deputados que têm interesse em Colombo, porque ali é parte do seu distrito. O resto da Assembleia vai funcionar, assim como o resto da Câmara, ou seja, nós não parariamos o Brasil de 2 em 2 anos, se as eleições municipais fossem pulverizadas. Teríamos sempre eleições municipais. A Justiça Eleitoral pode fazê-lo, e o eleitor também não teria nenhum prejuízo quanto a isso.

São essas as sugestões que fazemos, mas principalmente gostaríamos de deixar com o Deputado Sandro Alex uma cópia desse projeto que, claro, já está na Câmara.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Muito obrigado, Dr. Olivar.

Registro a presença do Deputado Estadual Cesar Silvestri Filho; do Presidente da Câmara de Guaíra, Almir Bueno; do Prefeito de Mandirituba, Machadinho, e do Prefeito de Teixeira Soares, Ivanor.

Com a palavra o Dr. Luiz Fernando Pereira, mestre e doutor em Direito e Presidente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB do Paraná.

Tem V.Sa. a palavra por 5 minutos.

O SR. LUIZ FERNANDO PEREIRA - Obrigado pelo convite, que foi dirigido à Ordem dos Advogados do Brasil do Paraná e ao Presidente José Lucio Glomb, que me deu a incumbência de falar em nome da entidade, na condição de Presidente da Comissão de Direito Eleitoral.

O meu tempo é curto, e vou falar um pouco sobre a reforma política, mas eu gostaria de tratar da reforma da legislação eleitoral. Não sei se todos os senhores sabem, mas foi nomeada uma Comissão de Reforma da Legislação Eleitoral pelo Senado, presidida pelo Ministro Dias Toffoli, do Supremo Tribunal Federal, e que foi, no bom sentido, atropelada pelas Comissões de Reforma Política nomeadas no Senado e na Câmara.



A Senadora Gleisi disse bem que nós não fazemos uma reforma política por inteiro, porque não estamos discutindo sistema de governo, mas, por outro lado, também não estamos discutindo, no âmbito da reforma política, a mudança da legislação eleitoral. E, embora não sejam coincidentes, elas são convergentes. Acho então que a minha principal contribuição é chamar atenção da Comissão de Reforma Política para que dialogue com a Comissão de Reforma da Legislação Eleitoral, porque as coisas não funcionarão bem se a reforma política for feita e implementada, sem que seja acompanhada da reforma da legislação eleitoral, nessa onda de mudanças que tanto queremos fazer no Brasil.

Eu vou destacar alguns pontos, a fim de mostrar que essas reformas não podem de fato andar isoladas. Voto distrital é, aliás, a grande bandeira. O Prof. Ricardo mencionou o sistema alemão, e eu já disse que esta é uma unanimidade que precisa ser questionada, porque o voto distrital misto, além de pela Alemanha, também é adotado pela Venezuela e pela Bolívia. Na Venezuela, na última eleição, Hugo Chávez manipulou a configuração dos distritos eleitorais para compor a sua maioria; nos Estados Unidos, já houve manipulação do distrito eleitoral, o Schwarzenegger também tentou isso na Califórnia nas eleições anteriores. Portanto, nós temos de nos perguntar, quando falamos do voto distrital: é o sistema alemão, o boliviano ou o venezuelano? Nenhum demérito a esses sistemas latino-americanos, mas nesses países há risco de manipulação dos distritos, e quem decide como se vai conformar o distrito é a legislação eleitoral. Esse é um ponto fundamental em que deve haver um bom diálogo entre a reforma política e a reforma da legislação eleitoral.

Financiamento público de campanha é outra unanimidade, ou, melhor, uma quase unanimidade. Diz-se que é preciso ter financiamento público de campanha. Sem reforma da legislação eleitoral, isso é um perigo. O financiamento público de campanha na Itália deu na prisão de Bettino Craxi, o socialista que depois saiu exilado para um país africano. Financiamento público de campanha sem controle rigoroso das contribuições feitas à margem do sistema oficial assemelha-se ao sistema italiano que levou à prisão do Bettino Craxi. E como se resolve isso? Com a reforma da legislação eleitoral.



Nós introduzimos o art. 30-A na Lei das Eleições, a Lei nº 9.504, há algum tempo. E essa introdução do art. 30-A teve por escopo coibir o caixa dois. Coíbe mal, coíbe de forma tímida, porque a Justiça Eleitoral não tem condições de alcançar todas as formas de manipulação do regime oficial de contribuições. E pune mal, porque pune com a cassação de mandato, mas não pune do ponto de vista criminal, como fazem os franceses e os canadenses, que adotaram o sistema público de financiamento de campanha, mas lá, quando flagram alguém recolhendo dinheiro fora da escrituração oficial, a pena é de prisão.

Então, isso também tem que ser resolvido no âmbito da reforma da legislação eleitoral e, por isso, insisto nesse necessário e saudável diálogo entre a Comissão de Reforma Política e a Comissão de Reforma da Legislação Eleitoral, que está sobrestada no Senado, esperando que essas reformas políticas sejam concluídas. Eu acho que elas devem trabalhar em conjunto para chegar a uma legislação adequada, porque esses pontos fundamentais, como o voto distrital e financiamento público de campanha, só podem ser construídos de forma adequada, se a legislação eleitoral estiver adequada às reformas políticas.

O último ponto — o meu tempo é curto — é também a respeito desse necessário diálogo, e a isso me propus, entre reforma política e reforma eleitoral no que têm a ver com a fidelidade partidária. Pouco se tem falado sobre a fidelidade partidária. Foi uma reforma política feita pelo Tribunal Superior Eleitoral, que culminou com a edição da Resolução 22.610 do TSE. O projeto do Prof. Olivar trata de mecanismos processuais que disciplinam a reforma política no âmbito da fidelidade partidária, mas isso se resolve sobretudo na legislação eleitoral. Então, não adianta falar de fidelidade partidária sem falarmos de reforma da legislação eleitoral no âmbito da fidelidade partidária. Enfim, como tratar disso no âmbito infraconstitucional em função da reforma que se avizinha do ponto de vista da fidelidade partidária. Esses pontos de contato são fundamentais para que possamos avançar de forma coerente.

O último ponto — vou tentar respeitar o prazo — é falar um pouco da Justiça Eleitoral. Quatro Ministros do Supremo estiveram nos Estados Unidos há duas semanas para promover um diálogo com o Judiciário americano. O jornal *O Estado de S.Paulo* do último domingo publicou um trecho do encontro em que o jurista



norte-americano Keith Rosenn, que esteve em Curitiba dias atrás, conversou com o Lewandowski e disse o seguinte: “*Vocês têm a Justiça Eleitoral mais avançada do mundo*”. Ela é de 1932, Prof. Ricardo, e veio para coibir exatamente aquelas degenerações do sistema político criadas a partir da década de 1920 que o senhor mencionou aqui. Com a eleição de Júlio Prestes fraudada, criaram a Justiça Eleitoral para aperfeiçoar o sistema democrático brasileiro. Então, acho que uma reforma política nunca pode perder de vista que temos a melhor Justiça Eleitoral do mundo. E a reforma política e a reforma da legislação eleitoral devem levar isso em consideração, até para coibir um discurso que às vezes se insinua no Congresso Nacional de combate à própria existência da Justiça Eleitoral.

Marcelo Barbieri, que foi Deputado Federal pelo PMDB de São Paulo e hoje é Prefeito de...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Araraquara.

O SR. LUIZ FERNANDO PEREIRA - ...Araraquara — foi militante do MR8 na época do movimento estudantil, discípulo do Quéricia; prefiro dizer ex-MR8 —, fez um discurso veemente na Câmara dos Deputados contra a existência da Justiça Eleitoral, dizendo que tínhamos de acabar com algo que era uma excrescência porque só existia no Brasil. É falso, existe em vários países do mundo, mas em nenhum país é tão boa quanto a que temos aqui. Acabar com a Justiça Eleitoral é voltar ao processo de verificação de poderes da década de 1920, em que a última palavra sobre a higidez da conquista do mandato era dada pela própria Câmara dos Deputados. Daí o sistema de degola, conhecido por quem se propõe a estudar a história do Direito Eleitoral no Brasil.

Portanto, senhores, a minha modesta contribuição, como Presidente da Comissão de Direito Eleitoral da Ordem, é que não podemos deixar de dar a devida atenção à Comissão de Reforma da Legislação Eleitoral, porque avança mal a reforma política se fechar os olhos à sua complementação que lhe dá eficiência, que é exatamente a reforma da legislação eleitoral.

Obrigado pela atenção dos senhores. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Muito obrigado, Dr. Luiz Fernando Pereira. Parabéns pela sua objetividade.



Vamos agora passar a palavra aos que estão inscritos. Eu recomendaria que manifestassem o seu ponto de vista ou fizessem pergunta a um dos componentes da Mesa ou dos expositores que aqui falaram, inclusive o Dr. Luiz Fernando Pereira, que acaba de deixar a tribuna.

Com a palavra o Sr. Paulo Salamuni, Vereador de Curitiba, primeiro inscrito.

O SR. PAULO SALAMUNI - Sr. Presidente, Deputado Edinho, minha cordial e fraterna saudação a cada uma e a todas, a cada um e a todos, Senadora Gleisi, Deputado Sandro. Quero fazer uma homenagem à Deputada verde Rosane, que é a antítese da tese que estão colocando aqui. A primeira Deputada dos verdes do Brasil é uma mulher de Curitiba, do Paraná — de Araucária. E a nossa primeira suplente é mulher, Deputada Federal também. Minha saudação também ao Deputado verde Rasca, que também representa esta Casa.

Num jogo rápido, Sr. Presidente, estou aqui com os meus colegas Vereadores interessados, o Vereador João do Suco, Líder da Maioria, o Vereador Paulo Frote, o Serginho do Posto, o Yamawaki, a Professora Josete.

Neste País, precisamos organizar, mais ou menos na linha do Dr. Luiz Fernando — cumprimentá-lo é um pleonasma vicioso, como subir para cima ou descer para baixo. Nesta terra, quem tem que legislar, os Poderes Legislativos, não legisla. Quem tem que fiscalizar julga e quem tem que julgar legisla. Precisamos organizar um pouco isso.

E mais: no País, e no Paraná, quando temos um vírus na cabeça, para curar o vírus, corta-se a cabeça. Por exemplo: roubaram no BANESTADO aqui. Em vez de colocar na cadeia quem roubou, venderam o banco.

Outro exemplo é o da PEC dos Vereadores. A minha preocupação é que neste País a reforma vem para ficar pior. O número de Vereadores era para a eleição de 2004. Por quê? Porque — os colegas advogados podem me ajudar — houve um recurso extraordinário ao Superior Tribunal Eleitoral e depois ao Supremo, de Mira Estrela, que pôs o número de habitantes por Vereador na cidade. E veio o Ministério Público, veio o recurso extraordinário e cortaram — por exemplo, Londrina foi de 21 para 18 —, mas não diminuíram o orçamento.

O que estou tentando explicar aos senhores é que, quando vem uma reforma em nome de algo maior, tem acontecido algo pior aqui. Então, a questão de lista



fechada... Os Parlamentares como nós, Vereadores, Deputados, temos inviolabilidade de opinião, imunidade, mas os partidos políticos são como o retrato de Dorian Grey, da genialidade de Oscar Wilde: enxergam-se príncipes encantados e na verdade são decrepitos encarquilhados, com raras exceções, porque temos um mar de provisórias, de biônicos, de ditadura partidária. Falar em lista neste momento, dessa forma, com as raras e honrosas exceções, é um retrocesso absoluto.

Assim, a minha preocupação fica: esta reforma, a exemplo da PEC dos Vereadores, que era para ser utilizada na eleição de 2004 e vai ser utilizada na de 2012, não pode vir para piorar o processo? É uma preocupação que trago em nome dos Vereadores de Curitiba, seguramente da maioria deles.

Cumprimento pela audiência pública, mas estou trazendo um exemplo concreto dessa questão. Quiseram resolver o problema de número de Vereadores para economizar para a municipalidade. O bolo que era para vinte acabou para doze, corta a minoria, corta a possibilidade de participação.

Essa era a contribuição, falando *lato sensu*, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Muito obrigado, Sr. Vereador. Na sua pessoa, saudamos toda a Câmara Municipal e todos os Vereadores presentes.

Com a palavra a Profa. Maria Tereza Cunha, que aqui se identifica como cidadã paranaense.

A SRA. MARIA TEREZA CUNHA - Meu bom dia a todos. À Mesa eu pediria licença para cumprimentar a nossa primeira Senadora eleita pelo Paraná, Gleisi Hoffmann, e cumprimentando-a cumprimento todos os demais.

Fiz questão de me identificar como cidadã paranaense porque dessa forma também posso ser uma autoridade hoje: é uma audiência pública, do Senado e da Câmara, para a reforma político-eleitoral.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Inegavelmente.

A SRA. MARIA TEREZA CUNHA - Obrigada. Gostaria, primeiro, de forma bem objetiva, de dizer por que estou aqui. Por quê? Porque para mim a reforma político-eleitoral... Eu sou a Profa. Maria Teresa Cunha, Senador Aníbal. Eu sou a



Profa. Maria Teresa Cunha, fui candidata a Deputada Federal no ano passado pelo PDT, tenho 38 anos de vida sindical e 34 de vida política. Obrigada.

O que é reforma política para mim? Por isso estou aqui hoje, por isso já estive em Brasília por três vezes este ano, com o testemunho da Deputada Rosane e da Senadora Gleisi. É ampliar a participação dos brasileiros no sistema do Estado, estabelecendo assim um definido desenvolvimento democrático, mais célere e justo.

Num ponto principal, garantir espaços de exercício oficial de direito aos setores sub-representados e, portanto, menos olhados, menos vistos, menos ouvidos e entendidos em suas reais e cruciais demandas: as mulheres, os negros, os jovens, os idosos e as crianças, que não podem por si falar de suas demandas.

O que venho apresentar, como é para fazer uma pergunta e para trazer à baila o assunto que me tem levado a Brasília desde o dia 24 de março, data da primeira audiência pública... O documento do qual vou falar já está na Comissão Especial, tanto do Senado quanto da Câmara, e com várias autoridades do Senado, que não nominarei em função do tempo.

Gostaria de fazer a pergunta às nossas duas representantes femininas. Como ambas já têm conhecimento da proposta de que falo, do documento, da cota Parlamentar feminina 30% em sistema zíper, gostaria de ter *in loco*, por isso falei de cidadã paranaense, a sua avaliação e quais são as probabilidades, como poderemos encaminhar, porque vejo como um grande ponto para negociação ou para um repensar nos encaminhamentos do Senado e da Câmara quanto à efetiva participação da mulher dentro dos partidos políticos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Muito obrigado, professora.

Pela ordem, o próximo é Jorge Luiz Bernardi, da Faculdade Técnica Internacional — FATEC Internacional. Em seguida — podem se aproximar —, falarão Edson Feltrin e Gilberto Carvalho, ex-Deputado.

Tem a palavra o Sr. Jorge Luiz.

O SR. JORGE LUIZ BERNARDI - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhoras e senhores, trago à Comissão uma proposta gestada, pensada no início do século XX, por um grande brasileiro chamado Alberto Torres. Ele foi Ministro do Supremo Tribunal Federal, Governador do Rio de Janeiro, Deputado Federal e um dos



maiores pensadores deste País. A proposta que queremos apresentar à Comissão é de um sistema brasileiro de voto distrital misto.

Concordo com as palavras do Prof. Ricardo Oliveira, um dos maiores cientistas políticos do nosso País. Nosso atual modelo político-eleitoral apresenta muitas distorções. É por isso que estamos aqui debatendo essa posição.

Alberto Torres propôs que nas eleições proporcionais, ou seja, para as Assembleias Legislativas, as Câmaras Municipais e a Câmara Federal, elegêssemos três tipos de Deputado ou três tipos de Vereadores. Na verdade, é um só Parlamentar, mas são três formas de elegê-lo.

Vamos pegar o Brasil. O nosso País tem 190 milhões de habitantes. Se imaginássemos o Congresso Nacional com 520 Deputados — hoje, são 513 —, 260 Deputados seriam eleitos em distritos eleitorais. Cerca de 730 mil habitantes elegeriam um Deputado. Teríamos, então, o Deputado com a visão local, distrital. Outros Deputados, 130, seriam eleitos pelo sistema atual, esse sistema uninominal em listas abertas em todo o Estado. Os outros 130 Deputados seriam eleitos em listas fechadas em todo o País. Elegeríamos o Deputado com visão local, distrital; o Deputado com visão regional, estadual; e o Deputado com visão nacional. Evidentemente, temos de mudar todo o nosso arcabouço jurídico, a própria Constituição, mas, sem dúvida nenhuma, seria uma forma em que estaríamos permitindo que todos os aspectos favoráveis e positivos de cada um desses modelos fossem aplicados aqui. O Brasil e a Finlândia são os dois únicos países que adotam o atual modelo.

Quero agradecer a oportunidade. Quero entregar por escrito essa proposta, que já aprovamos num congresso do nosso partido. Quem sabe possa ser analisada pelos nossos Deputados Federais.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Muito obrigado, Sr. Jorge Bernardi. Vamos receber a proposta.

Tem a palavra o Sr. Edson Feltrin.

O SR. EDSON FELTRIN - Meu bom dia à Mesa e a todos os presentes a este importante debate nesta manhã na Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.



Meu nome é Edson Feltrin. Sou advogado e Presidente da Federação das Associações de Moradores de Curitiba e Região Metropolitana — FEMOTIBA.

Não venho aqui trazer nenhuma novidade, nenhuma proposta específica, mas, minha cara Senadora Gleisi Hoffmann, defender algumas questões que já foram colocadas pela mesa diretora.

A primeira delas é o financiamento público de campanha. Quero defendê-lo aqui, meu caro Salamuni, com veemência, porque acompanho a política do nosso País e o que tenho visto, ao longo dos últimos anos, é que a FIESP tem a sua bancada no Congresso Nacional, inúmeros e inúmeros Deputados e Senadores; é que a Federação dos Bancos, FEBRABAN, que ganha milhões e milhões de reais — a cada balanço trimestral, não é anual, apresenta bilhões de lucro —, tem uma bancada enorme na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. Sem contar que os grandes fazendeiros, os latifundiários do nosso País, também têm bancadas numerosas, tanto na Câmara dos Deputados como no Senado.

A pergunta que faço, como militante do movimento social, minha cara Gleisi, Senadora que tem honrado o povo e o Estado do Paraná no Senado Federal (*palmas*), é onde está a representação sindical. Onde está a representação dos trabalhadores no Congresso Nacional? Onde está a representação dos movimentos sociais na Câmara Federal e no Senado? E as centrais, os sindicatos de todo o Brasil e os movimentos sociais? Não tenho o dado concreto em minha mão, mas a certeza de que representam 90% da população e não têm 1% da representação nas casas de lei do nosso País.

Portanto, com veemência, minha cara Gleisi e prezados Parlamentares aqui presentes, defendo o financiamento público de campanha. Aqui, na minha cidade, existe a bancada do transporte coletivo, a bancada da CONSILUX na Câmara Municipal, que protagoniza um escândalo de proporções nacionais. Há outras bancadas também na Câmara de Vereadores. Cadê a bancada dos sindicatos, dos trabalhadores, dos movimentos sociais na Câmara de Vereadores?

Quero defender a lista fechada, a despeito da contrariedade de muitos, inclusive do Vereador Salamuni. Antes da lista fechada, quero defender, sim, a democratização dos partidos políticos. (*Palmas.*) É inadmissível que, no nosso País, os partidos políticos vivam de comissões provisórias. Partidos políticos são feudos, e



sempre feudos de poderosos. Podem dizer que partidos políticos democratizados também poderão (*ininteligível*).

Além da democratização dos partidos políticos, essas listas devem ser feitas ouvindo os partidos, mas, mais do que isso, através de prévias dentro dos partidos políticos.

Essa era a minha contribuição.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Obrigado, Sr. Edson Feltrin.

Peço aos nossos convidados que se atenham ao tempo, para que possamos ouvir todos.

Registro a presença dos Vereadores Nenê Bonacin, Guaru e Gilmar Leonardo, do Município de Andirá. Muito obrigado pela presença.

Convido o ex-Deputado Gilberto Carvalho, do Movimento Pró-Paraná. O senhor está com a palavra por 2 minutos.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Caro Presidente desta Mesa, Sandro Alex, senhores representantes, componentes da Mesa, Srs. Deputados Federais e Deputados Estaduais, componentes e participantes deste encontro nesta manhã aqui em Curitiba.

Queria, inicialmente, Deputado Sandro Alex, solicitar de V.Exa. 5 minutos, porque represento a coordenação do Pró-Paraná e tenho uma proposta sobre o voto distrital, e com 2 minutos seria praticamente impossível apresentá-la.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - O senhor pode continuar com a palavra. Vamos ouvi-lo.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Sr. Presidente, é uma satisfação para mim retornar a esta tribuna. Em dezembro deste ano, completo 25 anos que deixei esta Casa. Em 1990, há 21 anos, apresentei na Câmara Federal um projeto de voto distrital misto.

Muito se fala em reforma política, mas nada evoluiu. Creio que agora, com o descrédito com tudo que está acontecendo, a classe política deve acordar. O episódio Tiririca foi um grande alerta.

O Pró-Paraná e outras entidades de nosso Estado estão unidos visando à grande reforma política tão necessária. A Associação Comercial do Paraná, em



1998, apresentou uma proposta de reforma política, a fidelidade partidária, a cláusula de desempenho, o voto distrital misto e o voto facultativo.

É preciso colocar um basta na rotatividade de políticos que cada ano estão num partido. É preciso fortalecer os partidos políticos. O voto distrital pode resolver em grande parte os problemas que encontramos hoje.

Se não, vejamos. Vou citar como exemplo o nosso Estado do Paraná, que tem 30 Deputados Federais. O Estado será dividido em 20 distritos eleitorais. Cada distrito vai eleger um Deputado Federal e um suplente; na mesma proporção, os Deputados Estaduais. Os partidos vão indicar os dez Deputados Federais restantes; na mesma proporção, os Estaduais, em lista apresentada pelos partidos, que, de acordo com a legenda que conseguirem, elegerão os seus representantes.

O que vai acontecer com os indicados em lista do partido? Vão se interessar, correndo o Estado para ajudar a eleger os seus companheiros distritais, porque é com o voto de legenda que cada um no partido vai levar os seus candidatos. Vai acabar a briga existente hoje entre companheiros do próprio partido. O eleitor vai conhecer mais de perto os seus candidatos. Os partidos podem ser valorizados, indicando bons candidatos pelas listas partidárias.

Hoje, temos o despachante e o Deputado legislador. É o seu papel, mas se ele só legislar, for legislador, faz um mandato só. Conheci nesta Casa vários Deputados, excelentes tribunos, com atuação excelente nas Comissões, mas faziam um mandato e não voltavam mais.

Enquanto não alcançarmos o que desejamos para o nosso País, não vamos poder deixar de ter o Deputado despachante, aquele que atende diretamente os seus eleitores, acompanha suas reivindicações, encaminha as necessidades para melhor assistência.

O partido se tornará mais forte e vivo. Hoje, não existe partido, não existe fidelidade. É balela dizer que a lista partidária vai eleger os apadrinhados. Não é verdade. Existem as convenções, cada Município tem os seus delegados, os membros dos diretórios. Os Deputados vão poder fazer a lista democraticamente ou alterá-la nas convenções.

O voto facultativo. Se estamos numa democracia, é preciso ser livre para tomar a decisão. Nada de imposição. Vai votar o eleitor consciente e que sabe que



tem o dever de se manifestar em favor do País. Vamos tentar fazer o que é possível, já que o ideal não conseguiremos fazer.

Sobre o ideal. Não vejo por que tantos Senadores quando seria o suficiente dois terços dos que temos hoje, assim como na Câmara Federal dois terços seria o suficiente.

Não tenho nenhuma pretensão pessoal, mas me preocupo com os destinos do nosso País. Como brasileiro, quero, dentro de minhas possibilidades, dar a minha contribuição. Na Câmara Federal, o meu projeto tem o apoio de 180 Srs. Deputados.

Queria sugerir à Comissão que estudasse o voto distrital. Minha proposta é o sistema do voto alemão, porque acredito que com isso teremos a participação de todos os setores, e o eleitor vai conhecer mais de perto os seus candidatos.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Muito obrigado, Sr. Gilberto Carvalho. O Movimento Pró-Paraná representa inúmeras entidades. Receberemos o seu projeto.

Quero registrar a presença da Vereadora Sueli Manfron, da Câmara Municipal de Campo Magro. Muito obrigado.

A Senadora Gleisi Hoffmann gostaria de se despedir.

A SRA. SENADORA GLEISI HOFFMANN - O Senador Aníbal Diniz tem voo às 14h, e eu também tenho. Eu vou para Paranavaí e ele vai para Campo Mourão. Queria pedir desculpas.

Vou solicitar que o relatório que a Comissão vai fazer seja encaminhado ao Senado, para que possamos fazer a interface entre a Câmara e o Senado das discussões feitas aqui e unificar as propostas.

Então, queria agradecer muito e desejar um bom diálogo a todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Muito obrigado, Senadora Gleisi Hoffmann. (*Palmas.*)

Quero registrar que entre as nossas audiências públicas esta é a primeira com a participação do Senado, Senadora Gleisi Hoffmann. É muito importante essa unificação, o trabalho em conjunto do Senado e da Câmara Federal. Agradeço muito



a presença da Senadora Gleisi Hoffmann e do Senador Aníbal Diniz, do Acre. Muito obrigado.

Convido para falar por 2 minutos — e vamos nos ater ao tempo — o Sr. Rafael de Lala, da Frente Suprapartidária. Seremos muito exigentes com o tempo, para que possamos realmente ouvir as pessoas, senão não será possível ouvir todos.

O senhor dispõe de 2 minutos.

O SR. RAFAEL DE LALA - Senhores, primeiramente queríamos cumprimentar o Congresso Nacional, através das Comissões do Senado e da Câmara, pelo fato de estarem trabalhando num processo de reforma política que, como lembrou o Prof. Ricardo, recorrendo à história do Brasil, é fundamental para restaurar a legitimidade do sistema político na democracia brasileira.

A Frente Suprapartidária do Paraná pela Democracia reuniu-se durante vários meses, trabalhando nos principais temas da reforma política, e avaliou que, muitas vezes em confronto com a posição que o Senado levantou, há um certo consenso em torno da introdução do voto distrital misto como cerne do processo de reforma política. O Prof. Luiz Fernando Pereira e o Dr. Olivar Coneglian lembraram a conexão entre a reforma política e a reforma do sistema eleitoral.

É fundamental termos presente essa realidade e, dentro dela, o sistema de voto distrital misto, que conferiria mais legitimidade ao processo de representação popular, mais organicidade à nossa democracia e fortalecimento, inclusive, do sistema federativo que elegemos no Brasil.

Essa é a contribuição que queremos trazer.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SRA. PRESIDENTA (Deputada Rosane Ferreira) - Obrigada, Sr. Rafael de Lala.

Convido agora o Sr. Nivaldo Orlandi para fazer uso da palavra.

O senhor tem 2 minutos.

O SR. NIVALDO ORLANDI - Sou ex-Prefeito da cidade de Embu das Artes, São Paulo, região metropolitana, e atualmente Coordenador dos Diretórios Zonais do PDT aqui em Curitiba e também integrante do Movimento de Resistência Leonel Brizola.



A proposta elaborada pelo Senado é uma grande proposta a ser encampada pelo Congresso Nacional no nosso ver. Achamos que essa proposta vai ser bombardeada, não por seus defeitos, mas por suas qualidades: financiamento público de campanha; voto em lista preordenada e fechada; preordenação com intercalação de homens e mulheres; e — contribuição que o Deputado Dr. Rosinha — as etnias, quase que ausentes de representação no nosso Congresso Nacional.

A proposta do Senado é avançada, a ser encampada pelo Congresso Nacional. Eu gostaria de lembrar duas outras coisas pouco citadas. Os partidos políticos não podem ser pessoas jurídicas de direito privado. Há uma necessidade inadiável de os partidos políticos voltarem a ser pessoas jurídicas de direito público, sem o que os partidos viram esses feudos, viram propriedades. *(O microfone é desligado.)*

O SR. NIVALDO ORLANDI - ... não mencionada por ninguém é a impressão do voto. Hoje, em qualquer ponto de autoatendimento, tira-se o extrato bancário. E o extrato do voto? Eu não sei, hoje o voto é virtual. Não dá para conferir se aquilo que se votou é aquilo que vai contar na urna. É uma coisa barata, simples. Nós temos alta tecnologia e não tem cabimento não imprimir o voto. *(O microfone é desligado. Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rosane Ferreira) - Muito obrigada, Sr. Nivaldo.

Com a palavra a Sra. Mariane de Siqueira, do PSTU e, na sequência, o Sr. Hélio Bampi.

A SRA. MARIANE DE SIQUEIRA - Bom dia a todos.

Represento aqui o PSTU. Fui candidata nas últimas eleições ao cargo de Deputada Federal e falo não só em meu nome, mas no de vários outros que também foram candidatos a Deputados neste mesmo pleito e que, por conta das nossas condições hoje e da democracia que vivemos em nosso País, do nosso sistema eleitoral e político, tivemos que enfrentar candidaturas verdadeiramente milionárias, que estiveram presentes na mídia e na televisão o tempo todo.

Essas candidaturas foram privilegiadas de acordo com o próprio sistema eleitoral que vivemos hoje. É um sistema que apoia e privilegia os partidos que sempre estão no poder. Ou seja, aqueles que estiveram há 20 anos são os mesmos



que continuam hoje, são os mesmos que foram eleitos no ano passado, porque existem hoje critérios, como o próprio coeficiente eleitoral, que delimitam tempo de televisão, de rádio, de aparição na mídia.

Não é possível que, de todos os candidatos a Presidente, um ou dois tenham tido 50% ou 70% do tempo, enquanto outros tiveram 55 segundos para expor as suas propostas. Então, hoje, já vivemos um processo da democracia que é limitado. E essa proposta de reforma política tem que abarcar outros fatores ainda que são os delimitadores da nossa democracia. Um deles, fundamental, que alguns já citaram aqui, tem a ver com o próprio sistema de corrupção.

É possível essa reforma política acabar com a corrupção? Nós, do PSTU, dizemos que um dos principais fatores que leva à corrupção é o financiamento privado de campanhas. Por isso, defendemos o financiamento público. Além do financiamento, defendemos outras propostas que têm a ver com a igualdade nos programas eleitorais, mecanismos de cassação daqueles Parlamentares que não cumprem com suas promessas de campanha ou que são comprovadamente corruptos e também a questão que toca diretamente no bolso: o salário dos Parlamentares, para que seja igual ao de um trabalhador qualificado. Essa é uma das propostas.

Queria dizer também que o PSTU apoia *(O microfone é desligado. Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rosane Ferreira) - Obrigada, Sra. Mariane. Concedo a palavra ao Sr. Hélio Bampi, Vice-Presidente da FIEP e, na sequência, a Profa. Josete, Vereadora.

O SR. HÉLIO BAMPI - Bom dia a todos. Quero cumprimentar a Presidente da Mesa, Deputada Rosane Ferreira, e estender o cumprimento aos Deputados, Senadores, Vereadores, Prefeitos, enfim, todos os companheiros presentes.

Quero dizer, em primeiro lugar, que entendemos que tem de haver realmente o voto distrital misto, sendo que dois terços pelo distrito e um terço por lista aberta. Entendemos que o Brasil não está maduro o suficiente para criar listas fechadas em que não haja a participação popular no processo de definição desse terço, porque existe um grande risco — e o Deputado Fernando Francischini falou muito bem — de gerar corrupção intrapartido e distanciar o eleitor de seu propósito de se fazer representar pelos verdadeiros anseios da sociedade.



O segundo aspecto é atinente ao financiamento público de campanha, relacionado ao abuso de poder público, à corrupção, ao caixa dois, etc. Vemos que há necessidade de um debate maior. É um assunto muito complexo, e eu faço até um apelo ao Movimento Pró-Paraná, para que realmente faça maiores debates, a fim de que possamos amadurecer essa ideia. Essa proposta pode ser boa ou ruim. É preciso ter mecanismos. O Dr. Olivar falou muito bem quando disse que há muitas boas ideias que podem ser também aplicadas. Então, há necessidade de formação de um conceito popular a respeito do assunto da questão do financiamento público de campanha.

O terceiro aspecto é meio transversal ao assunto da legislação eleitoral: fiscalização. Temos de tratar do assunto referente à definição dos Conselhos dos Tribunais de Contas, para que haja verdadeira monitoração da lisura e da probidade dos atos públicos e de quem é eleito também. Isso é transversal e é necessário também tratar desse assunto, para não politizar e fazer com que partidos fiquem atuando em cima daquilo que tem de ser fiscalizado pela cidadania, pelo que é certo e pela ética.

O quarto aspecto é a necessidade de fazermos uma reforma política profunda. E não podemos fazer a reforma sem pensar numa Assembleia Nacional Constituinte exclusiva. Temos que fazer *(O microfone é desligado. Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rosane Ferreira) - Muito obrigada, Sr. Hélio Bampi.

Profa. e Vereadora Josete, com a palavra.

A SRA. JOSETE DUBIASKI DA SILVA - Bom dia a todos os integrantes da Mesa e ao público presente.

Vou insistir em algumas discussões que para mim são fundamentais. É óbvio que o ideal seria uma Constituinte exclusiva, com investimento por parte do poder público em campanhas e conscientização da população para ter uma participação efetiva. Mas, entre o ideal e o real, há uma diferença.

Então, neste momento, vamos ter uma reforma que, no meu entendimento, vai ser superficial, mas, independente disso, temos de aprofundar em alguns temas. Então, defendo lista fechada com alternância de gênero e financiamento público.



Para mim, isso é ideal para que realmente possamos consolidar a nossa democracia.

Na verdade, hoje temos poucos partidos. Eu sempre afirmo que a maior parte dos partidos são legendas, e a questão da fidelidade partidária é muito séria. Entendo que a lista fechada é um mecanismo de fortalecimento dos partidos que realmente tenham programas e projetos para a sociedade.

Nesse sentido, eu gostaria de fazer alguns questionamentos, primeiro, aos integrantes da Mesa da Comissão, mesmo ao Prof. Ricardo, que está presente, ao Deputado Dr. Rosinha, em relação às listas. Nós sabemos que dentro de vários partidos existem as oligarquias também e não existe a democracia interna.

Há a experiência do Uruguai, em que os partidos apresentam diversas listas. Então, obviamente, os candidatos, nas diferentes listas, vão ocupar diferentes posições. Essa seria uma forma de minimizar essa questão das oligarquias partidárias e fortalecer a democracia interna. Seria um dos critérios pensados para isso.

Eu gostaria de saber do professor o que seria essa lista flexível. Ainda não tinha ouvido esse termo. Talvez tenha uma outra denominação que eu não conheça. Há também a possibilidade de avançarmos nessa questão de alternância de gênero. Vejo que, para as mulheres, a única forma de conquistarmos espaço é a garantia da alternância de gênero em lista. Não existe outra forma. Mesmo porque hoje a legislação prevê 30% de candidaturas femininas, e muitos partidos não cumprem isso. Não existe uma punição e não são 30% das cadeiras. Então, dessa forma, não se garante uma ampliação da participação das mulheres.

Como já foi dito aqui, nós somos 51% da população. Acho que devemos ter, no mínimo, 50% de representatividade em todos os espaços. Por isso, fazemos essa defesa. Esse é um debate que nós fazemos dentro do Partido dos Trabalhadores, no qual temos um grupo. *(O microfone é desligado. Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rosane Ferreira) - Muito obrigada, Profa. Josete.

Com a palavra a Profa. e Vereadora Lirani.

A SRA. LIRANI FRANCO - Quero cumprimentar a Mesa e todos os que acompanham e permanecem até o final desta audiência.



Referendo primeiramente a exposição da Profa. e Vereadora Josete e tocar em alguns pontos que, para nós, são mais importantes e essenciais neste momento do debate.

Entendemos os limites que temos em nossa democracia, que é recente e que ainda é representativa. Mas, dentro desses limites, temos que discutir a questão de gênero e lista fechada com alternância de gênero. Isso é fundamental não só para as mulheres, porque uma sociedade em que a desigualdade entre homens e mulheres é evidente faz mal a todos.

Nesse sentido, falar em alternância de gênero não pode ser desvinculado do financiamento público, porque as mulheres, nesse processo histórico, ainda estão construindo a sua independência econômica e sua participação política. Então, falar em alternância de gênero e não possibilitar as condições para as mulheres verdadeiramente participarem desse espaço não é trabalhar com a democracia que defendemos.

Então, entendo que é preciso levar o debate adiante, para além do espaço de audiências públicas como este, porque este espaço ainda é predominantemente masculino, o que pode ser observado pelas falas, exposições e pela Mesa. Este debate, neste espaço, não atinge as mulheres trabalhadoras, mulheres que precisam conhecer o espaço político e participar deste espaço político, porque elas intervêm quotidianamente na vida em sociedade, elas constroem isso quotidianamente com o seu trabalho.

Então, é importante fazer com que este debate chegue ao número maior possível de mulheres, para que todas possam participar e também entender como vamos conseguir aprovar, num espaço como o Senado ou o Congresso, onde a maioria são homens, a alternância de gêneros. Porque ter 50% de mulheres lá significa que aqueles homens terão que ceder aqueles lugares, e homens que estão uma vida toda ocupando esse espaço. *(Palmas.)*

Dessa forma, é necessário se fazer esse debate não só com as mulheres, mas com os homens que estão nos partidos, porque eles têm que abrir mão dessa cadeira para entender uma igualdade de gênero. *(O microfone é desligado. Palmas.)*

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rosane Ferreira) - Muito obrigada, Vereadora.



Com a palavra o Sr. Roni Barbosa. Mas antes de passar a palavra para o Roni, enquanto ele se dirige à tribuna, eu gostaria que o Deputado Edmar fizesse a sua despedida.

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Obrigado.

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer pela oportunidade de estar aqui e parabenizar o Edinho e o Sandro Alex. Antes de sair — vou pegar esse mesmo voo da Senadora Gleisi para Maringá —, eu gostaria de me posicionar de uma forma bastante segura para não haver nenhum mal-entendido por parte das mulheres e expressar minha opinião com relação à questão do voto em lista fechada com alternância de sexo.

Deixem-me falar uma coisa: é uma impressão do Deputado Edmar Arruda. Repito: é a impressão do Deputado Edmar Arruda. Não passa nem lista fechada. Nem lista fechada! Então, com alternância de sexo, não adianta nem discutir, pois não passa nem lista fechada se fosse só homem. Não passa!

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO EDMAR ARRUDA - Calma, calma, deixem-me concluir. Esse negócio aqui está muito morno, precisamos dar uma apimentada.

Então, é o seguinte: o que está em discussão... Eu aconselharia as nossas Deputadas, a Rosane, a Senadora Gleisi, as Vereadoras que mudássemos um pouco o foco. Essa é uma contribuição que estou dando. Acho que o que pode dar igualdade aos sexos, às minorias, ao índio, ao negro, àquela pessoa que poderia ter uma contribuição no Congresso e não está lá por força do poder econômico, por força do sistema político corrupto que temos hoje, inclusive dentro dos partidos, é o financiamento público de campanha. E o financiamento público de campanha dá igualdade para todos, independentemente de quota. Esse é o sistema do qual precisamos.

Agora, preciso passar uma informação para: a população como um todo não aceita bem o financiamento público de campanha. Então, precisamos debater isso com a sociedade, porque estamos falando aqui de aproximadamente 10 reais por habitante — olhem bem o número, 10 reais por habitante —, em 4 anos, para fazer o financiamento público de campanha em todos os níveis. Então, é muito barato para termos um sistema democrático com a participação de todos.



Agora, eu quero falar sobre algo que não foi colocado por nenhum dos oradores desta Mesa: a proposta que está ganhando corpo na Comissão. E aí eu gostaria que todos aqueles que têm interesse fossem investigar, que é a proposta existente hoje na Bélgica.

Vou tentar falar sobre ela rapidamente, porque eu não queria tomar o espaço dos oradores, mas isso é importante. Seria a lista fechada da seguinte forma: há uma lista fechada, com o nome de todos os concorrentes do partido, e a pessoa vota duas vezes, sendo uma vez na lista e uma vez no candidato. Dessa forma, há os candidatos mais votados do partido e a lista; somam-se os votos. No mesmo cálculo proporcional hoje, definiu-se que o partido tem direito a quatro Deputados Federais no Paraná, por exemplo. O primeiro que entra é o primeiro da lista, o segundo que entra é o mais votado, independente da lista e do lugar em que nela está. Isso faz com que haja um equilíbrio e faz com o que o candidato que está na lista em oitavo, nono, trigésimo lugar, tenha possibilidade de se eleger também. Não se cria uma desmotivação naqueles que não são os primeiros da lista.

Vamos ser claros, gente! Acham que é mole quem está em trigésimo lugar na lista pedir voto, sabendo que o partido vai eleger dois Deputados Federais? Não vamos achar que isso é normal, porque não é, não.

Agora, a partir do momento em que estou na lista e sei que estou em oitavo, em décimo lugar, e tenho a chance de entrar, se eu for um dos mais votados do partido, vou pedir voto para lista e vou pedir voto para o Edmar Arruda. É esse sistema que está ganhando corpo, porque ele aproxima alguns sistemas que estão sendo colocados e que não têm viabilidade. E não temos tempo aqui, estamos discutindo há várias reuniões ouvindo vários pensadores, com ideias fantásticas, ideias fantásticas das audiências, mas, infelizmente, o nosso tempo é limitado.

Então, eu queria que, por favor, começassem a analisar tudo isso, principalmente as Vereadoras, as Deputadas, para fortalecermos o financiamento público de campanha e darmos igualdade a todos.

Um abraço a todos, boa tarde e que Deus abençoe todos!

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rosane Ferreira) - Roni, abusando de sua paciência, antes de conceder a palavra, vou passá-la ao Dr. Rosinha, para que também possa se despedir.



O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - Primeiro, peço desculpas por ter de sair, em função de outra agenda; segundo, lamento por não ser membro da Comissão de Reforma Política e não estar lá para contribuir com o debate.

Quero aproveitar e dar um informe importante. Para o Parlamento do MERCOSUL, foi aprovado na Comissão de Relações Exteriores um projeto de lei, no sentido de que as eleições seriam em 2014. Fui Relator, por unanimidade, da proposta de lista fechada com alternância de gênero e financiamento público. *(Palmas.)*

Então, este é um debate importante. Essa eleição vai ter uma característica diferenciada da outra, porque vai representar o Brasil no exterior. Podemos até dizer que, neste caso, teremos avanços. A possibilidade é muito grande. Houve uma contestação do PR e do PRB, mas os demais partidos aprovaram o projeto por unanimidade.

Segurei este projeto durante um ano e meio para fazermos as devidas construções. Melhor dizendo, fiquei com ele um ano e meio conversando com todos os partidos. Primeiro, na legislatura anterior, depois, nesta legislatura. Todos os partidos concordaram. Então, acho que já há um precedente.

Em relação à questão que a Vereadora Josete levanta, quero dizer que tenho trabalhado no MERCOSUL, e no Uruguai os partidos têm mais que uma lista. Somente no majoritário, tem que ser o mesmo candidato. É o mesmo candidato a Presidente, o mesmo a Governador, ou o mesmo a Prefeito, e os mesmos a Senador. Só na proporcional é que há listas diferenciadas. A somatória de todas essas listas dá o coeficiente eleitoral e a indicação de quanto o partido entra. Depois, dentro do partido, faz-se a proporcionalidade da lista para ver quem entra, e o voto é em lista fechada.

Quer dizer, é uma outra alternativa de debate. Ela é necessária no Brasil, porque, posso dizer, a grande maioria dos partidos não são democráticos internamente. Aí se tira aquela rigidez de a cúpula partidária indicar e pode-se, nas várias organizações internas, definir os candidatos. É lógico que a Comissão pode dizer que não passará de 3, 4 ou 5 listas, mas é uma outra alternativa.



Desculpem, companheiros e companheiras, mas tenho de sair em função de outra agenda. Lamento que não sou da Comissão de Reforma Política — eu gostaria muito de estar nela.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rosane Ferreira) - O Partido dos Trabalhadores tem posição definida dentro da Comissão. Tem voz, voto e, diga-se de passagem, grande adesão. O Partido dos Trabalhadores tem a relatoria, por intermédio do Deputado Henrique Fontana.

O SR. DEPUTADO DR. ROSINHA - O Deputado Henrique não está aqui devido a problema familiar grande com o filho dele; senão, aqui estaria.

A SRA. PRESIDENTA (Deputada Rosane Ferreira) - Com certeza.

Devolvo a Presidência ao Deputado titular da nossa Comissão. Por favor, Deputado Sandro Alex

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Peço um minuto da atenção.

Vejam, senhoras e senhores, que estamos promovendo esta audiência em Curitiba, aprovada pela Comissão, primeiro porque, no início da Comissão, fiz uma pesquisa naquela cidade, por intermédio do Paraná Pesquisas, para saber a opinião da população a respeito de tudo isso que estamos discutindo aqui. E a primeira resposta que me chamou a atenção foi quando perguntaram à população se ela conhecia, se ela tinha conhecimento de que estamos discutindo essa matéria, de que existe a discussão da reforma política — pesquisa feita em Curitiba há poucos meses. Resposta: 17% têm conhecimento, Sr. Presidente; 82% desconhecem qualquer informação nesse sentido — 82% da população não têm conhecimento de que estamos falando disso. Por isso, trouxemos a audiência aqui, para fazermos a discussão e podermos fazer com que a população dela participe.

Sobre dois pontos muito importantes, dos quais nós estamos falando muito aqui: financiamento público e lista fechada. Vejam os senhores e as senhores a opinião da população de Curitiba: concordam com uma lista de candidatos estipulada pelo partido, Sr. Presidente, 16%; não concordam, 79,4%. Com relação ao financiamento público de campanha — pesquisa realizada na cidade de Curitiba: concordam com o financiamento público 11%; não concordam, 86%.



É importante que nós possamos respeitar a opinião da população. Podemos acatá-la ou podemos justificar à população por que é importante a aplicação, mas nós não podemos deixar de ouvi-la. E é por isso que nós estamos aqui.

Peço desculpas ao orador e concedo-lhe a palavra por 2 minutos, para que possa fazer a sua observação.

O SR. RONI BARBOSA - Obrigado. Pela minha paciência, eu espero 5 minutos de tolerância da Mesa. (*Palmas.*)

Sou petroleiro, advogado, Presidente da Central Única dos Trabalhadores. Venho aqui para falar um pouco sobre o que os trabalhadores esperam da reforma política.

A CUT fez, semana passada, um seminário nacional sobre reforma política, chamou vários estudiosos e alguns Deputados, que participaram desse debate. A pergunta que quero fazer e que quero deixar aos Srs. Deputados e aos Senadores também é: qual a alternativa, nessa reforma política, que vamos dar para ampliar a participação dos trabalhadores no Legislativo e no Executivo? O que vemos é que, cada vez mais, menos trabalhadores têm participado da vida pública justamente em função de vários fatores levantados aqui. Mas a minha percepção pessoal é a influência do poder econômico nas eleições do Brasil.

Fui candidato, sofri isso e sei o quanto é difícil para setores do movimento social e do movimento sindical lançarem candidatos com regras tão difíceis, além de algumas coisas que precisam ser mudadas no nosso sistema eleitoral.

Achamos importante o fortalecimento dos partidos; menos candidaturas personalistas e mais candidaturas com partidos fortalecidos. Cremos que o voto em lista fechada fortalecerá os partidos, como em vários países do mundo onde já é adotado, e teremos uma democracia mais enraizada e mais fortalecida. Esse tem de ser um grande objetivo dessa reforma política, para que possamos, cada vez mais, orgulharmo-nos da democracia brasileira.

A outra questão é relativa ao financiamento, que envolve essa influência forte do poder econômico nas eleições no Brasil. O financiamento público, já foi debatido aqui, achamos ser uma alternativa bastante interessante e importante, talvez a melhor. Mas há também um exemplo que foi citado no nosso Seminário Nacional de dois Estados dos Estados Unidos em que há previsão de o financiamento público



ser opção do candidato: ele quer ter financiamento público ou financiamento privado? Ele opta por isso antes da eleição. Se ele optar pelo financiamento público, será exclusivamente público o seu financiamento; se optar pelo financiamento privado, receberá, então, doações da iniciativa privada.

Uma Governadora nos Estados Unidos promoveu reformas em todo o sistema de saúde do seu Estado porque se elegeu, exclusivamente, com recursos públicos. Ela disse que se tivesse optado pelo financiamento privado, certamente não teria facilidade em aprovar a reforma no sistema de saúde porque teria recebido verbas dos planos de saúde e do setor privado nessa área.

Então, essa pode ser também uma das alternativas para o financiamento público.

Por último, eu queria louvar a apresentação do Dr. Ricardo de Oliveira pelo diagnóstico das mazelas da política brasileira e dizer aos Srs. Deputados, Senadores, Vereadores, a todos que estão debatendo esse tema, que nós, trabalhadores, *“estamos de olho”* e queremos, sim, uma reforma profunda que nos dê dignidade e que possa propiciar aos trabalhadores e aos movimentos sociais poderem participar da vida pública. *(O microfone é desligado.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Infelizmente, nós estamos com o tempo limitado. Obrigado. O senhor me perdoe, mas nós temos de encerrar até o prazo estabelecido pela Casa. Então, estamos tentando ouvir o máximo de pessoas, dentro do compromisso que temos com a Assembleia Legislativa.

Sra. Maria Helena com a palavra.

A SRA. MARIA HELENA - Ao cumprimentar a Deputada Rosane Ferreira, cumprimento toda a Mesa. Quero cumprimentar as Vereadoras aqui presentes, já nominadas; cumprimento as outras pessoas.

Fiquei com medo de falar somente com a coordenação da Mesa e com o taquígrafo aqui dentro, mas eu acho que podemos ainda expressar a nossa voz aqui.

Eu queria fazer uma pergunta, usando uma frase que não é muito adequada para o espaço, mas, quando falamos em democracia, poderíamos usá-la: Democracia para quem, cara pálida? Democracia representativa de quem?



A Mesa diz que é para fazermos uma pergunta, mas venho aqui fazer três. Primeiro, defendo, em que pese a emoção em relação ao que o Deputado falou anteriormente, sobre “*que não vai dar jeito, que há muita dificuldade*”, que é necessário, importante, fundamental que se discuta. Os dados apresentados pela Mesa também disseram isso: a população na sabe, a população está dizendo... 17%, 87%, 90% da população está dando uma resposta em cima de conteúdo que não sabe o que é, que não foi discutido, que não conseguimos levar para a sociedade. (*Palmas.*) Os meios de comunicação estão distorcendo inclusive o conteúdo da questão do financiamento público de campanha. É isso que o Senado tem que fazer: primeiro, ir aos meios de comunicação social e explicar para a população o que significa lista, o que é lista alternada de gênero. Isso é importante, e temos de fazer uma reivindicação aqui.

Então, a primeira questão não é dizer “*não vai ter jeito*”. Não vai ter jeito, por quê? O que essas pessoas vão votar lá?

Venho aqui fazer a seguinte pergunta aos Parlamentares que vão definir a reforma política: que resposta darão na hora de votar a reforma política? Vão votar a favor, legislando em causa própria, ou legislando em nome da democracia efetivamente representativa e participativa deste País? (*Palmas.*) É isso que vimos perguntar aqui.

Por fim, quero lançar uma campanha aqui — e essas fitinhas aqui dizem exatamente isso. Espero que a frase e a fala do Deputado que falou aqui anteriormente não se concretize e que consigamos ampliar o número de pessoas que possam debater o assunto e que defendam a lista fechada e a lista de alternância entre homens e mulheres. Não é possível que os homens deste País, que estão votando representativamente pelos 50% de mulheres, vão lá e não votem, representativamente, com essas mulheres que estão aqui.

Muito obrigada. (*Palmas. Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Nós temos menos de 10 minutos para entregar à Assembleia, enfim, para o final da sessão.

Quero convidar a Sra. Doris de Jesus, do PCdoB. Infelizmente, nós temos que cumprir esse acordo estabelecido com a Casa, e pedimos que a senhora use 2 minutos.



A SRA. DORIS DE JESUS - Eu não vou reforçar algumas posições que já estão postas: lista fechada alternada por gênero; financiamento público exclusivo; enfim, isso é o que nós defendemos.

Eu só queria fazer alguns comentários porque, às vezes, as falas até têm uma intenção, mas a prática demonstra absolutamente o contrário: nós estávamos com uma Mesa com 12 pessoas, apenas 2 mulheres. Começamos a fala com 20 homens, e as mulheres ficaram todas para o final. No entanto, ali, estava sendo entregue diferente. (*Palmas.*) Essa lógica está na cabeça das pessoas.

Eu queria reforçar uma coisa que a Lirani falou: se as mulheres tiverem que entrar, alguém vai ter de sair porque não vai aumentar o número de cadeiras. Então, é preciso refletir sobre isso com muita profundidade porque isso significa muita coisa na democracia e na vida pública do Brasil.

Então, penso que essa reforma, se for para setembro — eu acho que nós mulheres e as mulheres que nos representam e os homens que conseguem entender isso de forma muito coerente —, será apenas um remendo. A reforma talvez tenha de ficar para uma próxima legislatura, mas de forma efetiva com todos...

E não se trata só de reforma eleitoral, nós temos uma reforma política que trata de outros assuntos, inclusive da democracia representativa direta, que é uma coisa que precisamos também refletir. E aqui acaba que não temos tempo, sendo apressados pelo relógio. Nós não estamos acostumados com isso, nem com esse lugar aqui que também não é nosso, esse espaço não é nosso, os partidos não são nossos.

Então, nós mulheres temos muita dificuldade em ocupar todos esses espaços, por isso a legislação é fundamental. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Muito obrigado.

Quero convidar o Sr. Paulo Frouf, Vereador de Curitiba, por 2 minutos.

O SR. PAULO FROUT - Obrigado, nobres Parlamentares, senhores que participam desta audiência. Nosso tempo é bastante curto, então, vamos resumir a fala.

Em relação à lista fechada: por que não se discute o voto facultativo neste País? Eu acredito na lista fechada, mas com voto facultativo, porque daí os donos de partidos pensariam muito bem, ao compor essa lista partidária, a representação



do voto popular. Esse é o meu pensamento. Caso contrário, lista fechada, a meu ver, só oficializa o caciquismo dos partidos neste País.

Financiamento público de campanha: ontem, o PTB fez inserções na televisão, mostrando o que pode ser a realidade deste País com o financiamento público de campanha. Eu quero ver aqui o candidato que tem coragem de entregar um santinho na fila de um posto de saúde e nas escolas públicas, com a realidade que se encontra a saúde, a educação, a segurança neste País. E vai dizer que o seu santinho foi priorizado a essas necessidades? Ouçam o que a população pensa disso para depois virem falar em financiamento público de campanha. Onde está a garantia de que financiamento público de campanha acaba com o caixa dois neste País? Não acaba! Então, para quê? O financiamento público de campanha já acontece nos repasses dos recursos partidários. Foi votado no Congresso um aditivo, se não me engano, de quase 100 milhões. Quase 100 milhões, agora! Esse é o financiamento público de campanha, que já está financiando os partidos.

Em relação à questão de acabar com as coligações partidárias: não se conseguiu acabar com os pequenos partidos com a aprovação da cláusula de barreira. Agora, se for aprovado o fim das coligações, vão acabar com os pequenos partidos, sim. E vão ficar só as grandes forças partidárias neste País. Então, também não entendo por que o fim das coligações, nas proporcionais inclusive. Não vemos um nexo nisso.

Era só essa a contribuição que eu gostaria de deixar.

Parabenizo V.Exa., Sr. Deputado, que trouxe a ideia dos debates nos Estados, e parabenizo o nosso Vice-Presidente da Comissão nacional, que teve a humildade de se deslocar a este Estado, e tenho certeza de que fará uma romaria pelos Estados deste País discutindo esse tema que eu acho de fundamental importância para nossa população.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Muito obrigado.

Quero convidar o Sr. Cretan Caigangi, representando a ARPINSUL, e o Sr. Denis, representando a UNEGRO, União dos Negros e Negras pela Igualdade.

O SR. CRETAN CAIGANGI - Primeiramente, quero cumprimentar a Mesa, os Parlamentares do Estado do Paraná, e dizer que, deve ter participação indígena



dentro dessa reforma política com cota, porque a nossa população indígena representa só 0,2% da população brasileira (*Palmas.*)

Há 511 anos, nós éramos 5 milhões de indígenas, e 12 caravelas, com menos de mil homens, provocaram um genocídio aqui dentro do nosso País e acabaram com a população indígena. Hoje, nós só somos 800, somos 0,2% da população brasileira, e nós, indígenas, temos de estar dentro dessa reforma política, sim, porque dentro do Congresso Nacional estão circulando 102 PECs contrárias aos direitos dos povos indígenas. Os dois artigos da Constituição brasileira, 231 e 232, garantem principalmente território aos povos indígenas.

Então, os indígenas têm que estar, sim, dentro dessa reforma política. Se o Estado brasileiro comete um crime com as mulheres, há 511 anos o Estado brasileiro comete com os povos indígenas. Está na hora, dentro desta reforma política, de os indígenas terem o direito de serem Vereadores, Prefeitos, Deputados Estaduais e Federais também.

Eu quero dizer ao Presidente da Mesa e ao Presidente da Comissão que incluam os indígenas e que os convoquem a participarem da Comissão, onde ela passar, para que possamos reforçar ainda mais a participação indígena dentro desta nova reforma que vai tratar da política pública do Estado do Brasil.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Sr. Denis Denilton, da UNEGRO. Faltam poucos minutos para 1 hora da tarde. Por favor, V.Sa. tem a palavra.

O SR. DENIS DENILTON - Saúdo a União Brasileira das Mulheres. (*Palmas.*) Cumprimento todas as mulheres negras que não estão aqui porque estão na fábrica cuidando de seus afazeres, cuidando de sua sobrevivência.

Audiência pública tem que ser na praça. Audiência pública não pode ser num lugar que se diga, depois, que foi feita no Brasil inteiro, porque não foi. Temos que parar com esse negócio de que isto aqui é uma audiência pública. Isto aqui não é uma audiência pública. Em primeiro lugar, não é pública. Em segundo, o público fica por último para falar. Que história é essa? (*Palmas.*) Não há condições, Sr. Presidente.



Existe uma questão aqui extremamente importante: 50% de gênero e 50% têm que ser obedecidos, sim. Quesito raça é extremamente importante dentro do processo, tendo em vista que 74% do eleitorado, para o ano que vem, são afrodescendentes; 74% do eleitorado, para o ano que vem, são 96 milhões de brasileiros. Por isso é preciso ter o quesito raça, sim, porque senão vai acontecer de novo: os políticos que aqui estão, que hoje dizem defender a nossa classe, defender a nossa raça, defender o nosso Brasil, vão às compras, às compras da classe C, às compras da classe que obedece e sustenta este País.

Nós temos que parar com isso. Nós temos que fazer o seguinte: a verdade tem que estar dentro dos quesitos da democracia deste País; e a verdade se faz através de consulta pública, sendo esta consulta verdadeira e, automaticamente, na praça, para ser dito aquilo que se pensa e aquilo que é. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Nós vamos ouvir ainda o Sr. Almir Bueno, Presidente da Câmara de Guaíra.

O SR. ALMIR BUENO - Meus cumprimentos à Mesa, minhas saudações a todas as senhoras e a todos os senhores. Serei rápido — cortei 80% da minha fala.

Guaíra está a 630 quilômetros de Curitiba, um dos Municípios mais distantes, mas eu acho que nós precisamos abrir um canal de comunicação com o interior não só do Estado, mas de todo o Brasil para essa reforma política. Não sei se já existe esse canal de diálogo, mas precisamos dele urgentemente, porque nós, Vereadores, somos os cobaias de todas as reformas que acontecem na área política. Tudo acontece nas eleições municipais, depois nas esferas estaduais e federal. Então, eu acho que um canal de comunicação é importantíssimo para que os Vereadores das Câmaras Municipais do interior possam também dialogar. Então, que se crie um canal de comunicação.

A minha outra fala, que eu gostaria fosse revista, é que Guaíra faz divisa com o Paraguai. Nós temos mais de 1.500 mil brasiguaios nessa região de fronteira. E esses brasiguaios usam a nossa saúde, a nossa área social, a nossa educação, mas não têm direito a voto, porque estes não são computados na arrecadação que o nosso Município teria direito, por dar toda essa infraestrutura para os brasiguaios.

Deve, então, ser revista essa questão da Lei Eleitoral, segundo a qual os brasiguaios não têm direito a voto, por não terem o domicílio eleitoral no Município.



Se eles não têm o domicílio eleitoral do Município, também não teriam direito a usar a saúde, a área social e a educação do Município? E os nossos recursos? Como o Governo do Estado e o Governo Federal remetem-nos isso? Pelo número de habitantes que temos registrados. E esses 1.500 brasiguaios que temos em Guaira, por exemplo, não são computados. Nosso Município tem 30.669 habitantes e mais de 50 mil pessoas inscritas na área da saúde.

Dito isso, finalizo agradecendo a V. Exas. a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Muito obrigado.

Eu peço à Assembleia uma prorrogação de 10 minutos para que possamos ouvir algumas pessoas. Nós estamos respeitando as inscrições.

Pela ordem de inscrição, convido o Sr. Francisco Coelho, da Câmara Municipal de São Pedro do Iguaçu, a fazer uso da palavra por 2 minutos.

O SR. FRANCISCO COELHO - Quero saudar a todos da Mesa.

Primeiro, faço uma reflexão a respeito das mulheres: 51% do eleitorado brasileiro é de mulheres, e 49% são filhos de mulheres. No entanto, quando se lançam os nomes, são as mulheres que não votam nas próprias mulheres. Então, temos que refletir sobre isso, porque, se mulher votasse em mulher, a maioria dos eleitos, com certeza, já seria mulher.

A pergunta que eu faço é a seguinte: qual é o critério usado para o voto em lista e qual a garantia de que o voto em lista não vai terminar numa grande confusão neste País, haja vista que quem tem voto, e, às vezes, apoio popular nem sempre tem os convencionais do partido? Cito o meu caso: sou Vereador de terceiro mandato e sou muito polêmico, e, na hora em que for escolhida a lista, eu acredito que não serei o primeiro, nem o segundo. Vão querer me colocar em terceiro, ou quarto, porque eu não tenho os convencionais na mão. Isso vai criar uma confusão generalizada.

Então, pensem bem na hora de definir. Não acredito que a lista passe, mas se passar será a pior coisa que vai acontecer neste País.

Quero dizer que eu amo minha mulher e minhas filhas. Mas esta é a reflexão que as mulheres têm de fazer: 51% do povo brasileiro são mulheres, e 49% são filhos de mulheres. Agora, se as mulheres não conseguem dominar os filhos para



votar em mulheres, aí fica difícil! Acho que a lista não vai resolver o problema da mulher no Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Olha, nós temos o encerramento programado para as 13h10min e, de acordo com o que a Assembleia Legislativa estabeleceu, temos ainda seis pessoas. Regimentalmente, de acordo com o que nós nos comprometemos com a Casa, temos ainda a Elza, o José Tobias, a Alzimara, o Ralph, a Denirce e o Eliseu. Todos estão presentes? *(Pausa.)*

Vamos conceder 1 minuto para cada um. Estamos respeitando aqui o que recebemos da Mesa, pela ordem de inscrição que nos chegou.

Com a palavra a Sra. Elza, por 1 minuto.

A SRA. ELZA CAMPOS - Boa tarde. Quero cumprimentar a Rosane, nossa companheira de lutas, da luta das mulheres; os Deputados da Mesa; as companheiras e os companheiros.

Eu queria, na verdade, dizer que está em disputa na sociedade um projeto de poder. E, em relação a esse projeto de poder, nós mulheres, ao longo da nossa militância, ao longo da nossa trajetória, temos colocado firmemente a necessidade de que aqueles que constróem a riqueza na sociedade, as mulheres, os trabalhadores, devem estar representados nas estâncias de poder.

Portanto, eu aqui represento a União Brasileira de Mulheres e integro o Conselho Nacional de Direitos da Mulher — CNDM e quero deixar registrado que a nossa trajetória se consubstancia em todas as faixas aqui levadas pelo Fórum Popular de Mulheres, e que colocam essencialmente — como eu tenho só 1 minuto, colocarei duas questões centrais — a lista alternada e financiamento público de campanha para que as mulheres, os negros e as negras, a população indígena, pessoas com deficiências, todos aqueles e aquelas que não estão representados possam efetivamente ter uma espaço na instância máxima da discussão política e de poder na sociedade, o Parlamento.

Então, eu trago aqui essa posição, e digo, para terminar, que se não tivermos espaço igualitário na mídia também não conseguiremos falar das nossas posições, das nossas lutas. Por isso, a democratização da mídia também é um fato essencial e importante nesse processo de debate da reforma política em nosso País.

Muito obrigada. *(Palmas.)*



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Muito obrigado.

Com a palavra a Sra. Alzimara Barcellar, da Federação da Mulheres, e o Sr. Tobias, na sequência, por 1 minuto.

A SRA. ALZIMARA BARCELLAR - Boa tarde. Quero dizer que sou brasileira e não desisto nunca. Viva as mulheres brasileiras! Nós vamos conseguir influenciar nessa reforma. Foi assim durante o debate na Constituinte. Diziam que as mulheres não poderiam participar do debate, que os nossos direitos na Constituinte de 1988 não estariam sendo assegurados. E nós fizemos um grande movimento de norte a sul e garantimos os nossos direitos Agora, estamos sendo chamadas e vamos fazer o mesmo.

Estamos aqui hoje para dizer isso aos Deputados e Deputadas.

Rosana, você tem estado à frente, juntamente com os Deputados. Quero dizer que nós hoje, no Brasil, representamos 8% nas instâncias de poder. Para que consigamos equiparar a 50%, levaríamos 214 anos.

Por isso, vamos acelerar isso. As mulheres têm pressa, as mulheres querem contribuir, como já contribuem, com o desenvolvimento, com o progresso. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Muito obrigado.

Sr. Tobias com a palavra, por 1 minuto.

O SR. JOSÉ TOBIAS - Boa tarde a todos. Quero parabenizar o Deputado Federal Sandro Alex por trazer essa discussão para nós, cidadãos; o Deputado Federal Rubens Bueno por apresentar as 11 propostas do PPS, que achei muito interessante, e assino em baixo de todas elas.

Sobre o financiamento público, com certeza, é preciso que afastemos a influência do poder econômico das eleições, equilibrando um pouco mais essa disputa.

Acho fundamental parabenizar também as mulheres por essa luta importante.

O cidadão precisa participar um pouco mais. Quero deixar uma ideia, uma provocação, já discutimos isso em outras oportunidades, a respeito de algum mecanismo como um estatuto do eleitor ou alguma coisa que proteja o cidadão para que ele cobre efetivamente do mandatário aquilo que prometeu em campanha.

Acho também que seria interessante uma eleição alternada: o Executivo, 2 anos, e, 2 anos depois, só o Legislativo, de forma que o cidadão pudesse se



manifestar aprovando ou não aquela gestão, dando maioria ou não àquele mandatário, àquele partido. Seria interessante incluir uma proposta nesse sentido, alternando as eleições. Eleições só para Executivo: Presidente, Governador, Prefeito. E depois, eleições só para o Legislativo: Deputados, Senadores e Vereadores. Acho que seria interessante, a exemplo do que acontece nos Estados Unidos (*Falha na gravação.*)

Um referendo ou um plebiscito também seria interessante. Que a população participe não só da confecção das regras do jogo, mas que também diga, no final das contas, se são essas as regras que o povo quer.

É fundamental um referendo ou um plebiscito, a exemplo do que aconteceu com a questão do Parlamentarismo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Obrigado.

Com a palavra a Sra. Denirce Cassiano, do APP Sindicato, por 1 minuto.

A SR. DENIRCE CASSIANO - Boa tarde a todas e todos. Quero começar a minha breve fala do que sobrou do tempo, reiterando que as mulheres votam, sim, em mulheres. Nós temos isso como testemunho porque elegemos a Senadora Gleisi Hoffmann, primeira Senadora, e elegemos a Presidenta Dilma. (*Palmas.*)

Sou professora de História, pertenço a uma classe que, majoritariamente, é de mulheres, mas também somos tratadas como minoria. Com relação, por exemplo, a salário, dentro da nossa categoria, nós recebemos os menores salários.

O Prof. Ricardo colocou a questão relacionada à história das oligarquias, do voto de cabresto, do curral eleitoral, em nosso País. Neste momento isso se dá de outra forma: a mídia tem o controle da consciência das pessoas, e existe o controle pelo poder econômico. E é disso que parte um debate como este, por exemplo, que foi colocado pelo movimento negro, pelo movimento de mulheres e pelo movimento indígena. O que não se faz realmente é o verdadeiro debate profundo e político, a conscientização política das pessoas. Então, quando se colocam pesquisas que dizem que achamos isso ou aquilo, pergunta-se: qual é o censo realmente para a nossa população brasileira? Vamos perguntar realmente se existe uma consciência política sobre muitas outras coisas. Se existe alguma consciência, eu digo que essa consciência é manipulada. Se não passar na novela das 8, o que vão saber falar a



respeito da reforma política, da reforma do sistema eleitoral no País? Na minha opinião, pesquisa não quer dizer nada.

E, para concluir, quero agradecer este momento. Quero aqui fazer minhas as palavras do nosso companheiro do movimento negro. Este debate tem que ser realmente estendido para a população nas ruas, e tem que haver democratização dos meios de comunicação, para que realmente a população tenha conhecimento disso. A reforma tem que ser profunda e não pode retirar direitos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Com a palavra o Sr. Elizeu, do Instituto Afro-Rebouças, por 1 minuto.

O SR. ELIZEU RISCIRI - Boa tarde a todos. Eu quero primeiramente parabenizar o partido PPS, na pessoa do Deputado Federal Rubens Bueno, pelas propostas apresentadas da reforma política, com uma ressalva no que se refere ao fim do voto obrigatório, que eu incluiria nessa reforma, e também à reforma dos partidos, da lei dos partidos. Os partidos não podem continuar sendo partidos privados, de obrigações privadas, mas partidos de interesse público.

Outra ressalva que eu quero fazer é sobre o que disse o companheiro da OAB. Ele disse que nós temos a melhor justiça eleitoral do Brasil, com poucas falhas. Nós vimos o que aconteceu na eleição de Londrina e na eleição de Mamborê. O Prefeito que ganhou a eleição em Mamborê só assumiu o mandato 2 anos depois.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Com a palavra o Sr. Ralph, que dispõe de 1 minuto. Depois nós faremos o encerramento.

O SR. RALPH RICKLI - Não dá tempo para falar de mim. Eu só vou dizer que, apesar de ser paranaense, por 20 anos eu trabalhei na periferia de São Paulo entre jovens, na educação não formal de jovens, que era uma proposta de educação integral, mas também era uma proposta de reflexão política. Eu falo muito a partir dessa experiência. Eu quero perguntar se alguém aqui leu o Manifesto pela Democracia Verdadeira, publicado pelo pessoal da Espanha, o pessoal que está se movimentando nas ruas da Espanha.



Vejam que nós estamos falando da reforma política. As ruas das cidades do mundo estão sempre tomadas por multidões dizendo que não acreditam mais no sistema político que nós temos. Mas ninguém que está cuidando da reforma política leu o manifesto do povo espanhol sobre isso. Gente, acorda, vamos ler! Precisamos ler! Note-se que está-se falando que o modelo de política que nós vivemos há 300 anos faliu, acabou. Querem uma coisa nova. E nós temos que ousar e pensar realmente novo.

Portanto, nós temos que ter acesso ao sistema atual antes de mais nada, e, para isso, financiamento público é o essencial. Em qualquer processo, nós temos que distinguir o que é desejável do que é necessário e do que é imprescindível. Todo o resto é importante, mas financiamento público é imprescindível, porque, no momento, nós temos representação não da população, mas do capital, como vimos na votação do Código Florestal. O Congresso ou o Constituinte que não seja eleito por financiamento exclusivamente público não tem legitimidade para debater nenhuma outra questão. Primeiro é o financiamento exclusivamente público. A partir daí nós teremos um Congresso que pode debater outras questões com probidade e legitimidade.

E, assim, nessa questão da reforma, da superação do modelo atual, primeiro, a generalização das consultas públicas, como disse o companheiro. É preciso ter um acesso muito maior, um diálogo muito maior. A tecnologia hoje permite um diálogo maior, como também consultar a população constantemente, simplificar e multiplicar o processo.

E uma última coisa, que vocês vão achar que é loucura: candidaturas avulsas sim, universais, em todos os níveis. A matemática hoje prova que isso aumentaria a representatividade, em vez de diminuir. Não existe razão para filtrar ou pré-filtrar com uma organização prévia. Sim, posso vir pela organização, mas posso vir como indivíduo, como cidadão e me candidatar. Enquanto não houver essa possibilidade, o sistema será carimbado, engessado de antemão. É preciso existir a possibilidade de participação universal. Sem essa ideia de candidatura avulsa e consulta popular constante não adianta. E sem financiamento público não há legitimidade para discutir o resto.

Muito obrigado. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Deputado Sandro Alex) - Muito obrigado.

Nós concluimos, então, a audiência.

Vou passar a palavra ao nosso Presidente, Deputado Edinho, e também à Deputada Rosane. Agradecendo a presença a todos, ao Deputado Edinho que nos prestigiou, a todos os demais Deputados e às senhoras e aos senhores que aqui estiveram, quero dizer que tudo que aqui foi relatado está registrado em notas taquigráficas que serão levadas à Comissão da Reforma Política.

Com a palavra a Deputada Rosane Ferreira.

A SRA. DEPUTADA ROSANE FERREIRA - Quando fiz a minha saudação inicial tentei ser o mais breve possível, porque entendia ser este momento único para ouvi-los, e me restringi inclusive a somente saudá-los, sem expor o que o Partido Verde tem defendido durante os trabalhos na Câmara Federal.

Sr. Presidente, eu quero agradecer a oportunidade de estarmos aqui. Quero dizer à Profa. Maria Tereza Cunha, que me entrega pela terceira vez essa proposta, que nós mulheres somos assim, nós persistimos, nós resistimos, nós insistimos. É a terceira vez que ela me entrega essa proposta. Quero dizer que essa proposta já está nas mãos da Deputada Janete Pietá, Coordenadora da Bancada Feminina da Câmara Federal. (*Palmas.*) Essa proposta será debatida na próxima terça-feira, às 19h30min, com uma das possibilidades. A luta da Senadora Gleisi, nossa, da Rosane, da Deputada Cida Borghetti e das demais 43 Deputadas Federais que estão lá é para que nós não retrocedamos de forma nenhuma e para que possamos avançar na conquista dos nossos espaços. Eu me sinto absolutamente contemplada pela fala do Senador hoje aqui na Mesa, que foi brilhante. Quero dizer da importância de nós estarmos lá.

Agradeço a oportunidade de estar aqui. Eu sou suplente na Comissão e represento o Partido Verde, que tem como titular o Deputado Sirkis, do Rio de Janeiro, mas tenho estado *pari passu* tentando contribuir. Defendo coincidência de mandatos, fim das coligações partidárias, financiamento público não exclusivo — entendo que não exclusivo é um direito do cidadão comum, pessoa física; é um direito contribuir quando ela acredita numa causa. Isso faz parte do processo democrático.



Acredito fielmente que nós temos que avançar e aprimorar esse sistema que não é ruim, esse sistema que elegeu um metalúrgico, operário, que pôs a primeira vez uma mulher no poder e elegeu a Deputada Rosane Ferreira, do Partido Verde, um partido construído com muita dificuldade, sem coligação partidária, e ali eu sou a primeira de uma lista aberta. Mas nós temos que aprimorar. Temos que fazer com que as pessoas acompanhem os nossos mandatos, temos que fazer com que cada brasileiro e cada brasileira goste de política, porque política é tudo em nossas vidas. Não existe nenhuma outra política a partir de uma política partidária falida. Nós não faremos política de educação, de saúde e todas as demais políticas enquanto nós não aprimorarmos verdadeiramente a política partidária.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Edinho Araújo) - Muito obrigado.

Eu quero, mais uma vez, registrar o meu agradecimento ao Presidente da Casa, Deputado Rossoni, na pessoa do Deputado Rasca Rodrigues aqui presente. Quero dizer que esta foi a sexta audiência pública que realizamos no Brasil. Começamos em Goiânia, depois fomos para o Rio Grande do Sul, Sergipe, Paraíba, Minas Gerais e agora aqui. Na próxima semana estaremos no Rio de Janeiro, Espírito Santo e São Paulo.

Cumprer registrar que eu recebi com muito entusiasmo uma proposta com relação a uma audiência pública, e vamos entrar em contato. O Deputado Rubens Bueno sugeriu o nome do Marcos Terena, que é o líder indígena do Mato Grosso do Sul, para realizarmos uma audiência ouvindo os índios. (*Palmas.*) Eu registrei com muito carinho a sua presença. A presença afro tem sido muito marcante em todas as reuniões. E a presença das mulheres me marcou muito, especialmente na Paraíba. Mas agora aqui em Curitiba fiquei muito impressionada com a participação das mulheres de uma forma muito veemente (*Palmas.*) É uma reunião com uma riqueza imensa! A contribuição que o Paraná, Curitiba e todos vocês dão a esta Comissão, com certeza, será extremamente válida. Quero registrar aqui a minha alegria de poder estar neste Estado, que é tão desenvolvido, que é referência. Tenho aqui muitos amigos, mas me permitam fazer um agradecimento especial ao Deputado Rubens Bueno. Nós nos conhecemos há muitos anos. As nossas famílias são amigas. Quero falar da minha alegria de poder estar aqui a seu lado.



E, para homenagear um amigo e um grande político do Congresso Nacional, quero passar a palavra agora ao Deputado Rubens Bueno, para as suas considerações finais. Depois S.Exa. encerrará esta nossa audiência pública, que, sem sombra de dúvida, passa a ser histórica para essa reforma política. Um grande abraço a todos vocês. Muito obrigado pela atenção e participação. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO RUBENS BUENO - Vocês viram a vantagem de sentar na ponta da Mesa e ficar até o fim. Vai puxando, até que chega, hein, Rasca? (*Risos.*)

É um prazer estar aqui. Quero cumprimentar o Deputado Edinho Araújo pela sua maneira cordial, respeitosa, de conduzir os trabalhos. Quero cumprimentar, sobretudo, o Dr. Olivar Coneglian, que é um especialista na área, com livros publicados. Ele é modesto, quando se apresenta, mas sabemos da sua competência, da sua capacidade. Saúdo o Sr. Ricardo Oliveira, respeitadíssimo professor da Universidade Federal; o Dr. Luis Fernando Pereira, figura de um novo conjunto de pensadores, de profissionais da área do Direito Eleitoral. Esses três conheço bem. Afinal, por conta de vários convites, já estivemos participando de debates importantes na vida do Estado, sobretudo — isso que é importante — eles ajudam a preparar e qualificar militância e qualificar o debate na política do Paraná. Sentimos um orgulho muito grande de reencontrá-los aqui. O Deputado Sandro Alex, autor do requerimento, é o nosso companheiro indicado para a Comissão Especial da Reforma Política (*palmas*), grande figura. Está demonstrando a sua capacidade e força, no seu primeiro mandato, já começando como Deputado Federal. Quanto à Deputada Rosane Ferreira, todos nós sabemos do seu trabalho, da sua luta, especialmente em favor das mulheres. (*Palmas.*) Temos por S.Exa. um carinho especial. Amigo Rasca Rodrigues, Deputado Estadual, aqui representando os Deputados Estaduais da Assembleia Legislativa do Paraná, é um prazer muito grande tê-lo aqui, encontrá-lo aqui neste evento.

Finalmente, quero dizer o seguinte: no dia 16 deste mês, nós estivemos com a Comissão de Turismo e Desporto, da Câmara dos Deputados, discutindo o andamento das obras do Copa do Mundo. E foi um belo evento em Curitiba, com agenda cheia o dia inteiro. Começou às 9 horas da manhã e terminou à noite, no aeroporto. Foi uma agenda tão importante, que deu tão certo, que, no dia seguinte — e há aí muitas críticas em alguns pontos —, estava se retomando a discussão



das obras da Copa do Mundo, para diminuir as exigências da FIFA, que foi muito criticada aqui, especialmente pelo Romário, que é Deputado pelo PSB do Rio de Janeiro. E as coisas já começaram a andar. Nós nos sentimos orgulhosos disso. Ou seja, nós não podemos deixar, acomodadamente, as coisas irem para o fundo.

Gente, eu cheguei em 91 na Câmara Federal. Nós montamos um grupo de debate sobre reforma política. Era Nelson Jobim, Miro Teixeira e vários outros. Esse grupo trabalhou e não deu em nada. Há 20 anos estamos discutindo basicamente os mesmos temas. Alguém falou ali da Espanha há pouco, acho que o Ralph, que já saiu. O que está acontecendo na Espanha é exatamente o outro lado do que está acontecendo no Brasil. Ele tem razão. Só que lá é uma outra realidade, outra cultura. Lá, nós temos a monarquia parlamentarista. Enfim, são outras realidades diferentes da nossa. Mas nós precisamos sair do sistema em que nos encontramos. Ele mostrou que esgotou. Não tem mais para onde ir.

Então, a proposta está aí colocada.

E, finalmente, a luta das mulheres. Nós conhecemos bem as lideranças do Paraná, pelo belo trabalho que fazem. Que possamos fazer com que esse conjunto de força possa unir grandes partidos, articuladamente, para que, com eles, busquemos uma saída para a reforma política.

Se for só para marcar posição, nós não vamos conseguir reforma política nenhuma. Agora, se formos em busca de uma articulação para encontrar saída para uma proposta para o País, acho que já estamos no caminho certo, especialmente na Câmara, em que o Deputado Henrique Fontana, o Relator, que é uma grande figura, está articulando os partidos — eu conversava sobre isso com o Deputado Edinho Araújo, que é do PMDB — para encontrar aqui um denominador que seja a base desse consenso.

Eu acho que o voto distrital, a questão da lista partidária, o financiamento público, a questão das mulheres e da alternância dos nomes na lista, enfim, isso tudo está caminhando muito bem. E caminha tão bem que nós temos uma proposta que passou despercebida: a que fala da questão das sobras dos votos.

Quantos e quantos Deputados deixam de ser eleitos porque o seu partido não atingiu o coeficiente eleitoral? E isso é uma cláusula de barreira. O Supremo Tribunal Federal já disse que isso não vale no Brasil, e nós insistimos com essa



cláusula de barreira, que é o coeficiente eleitoral, eliminando aqueles que chegam próximo disso e não têm Deputado, e aquele que atingiu tem Deputado com menos voto do que aquele que chegou próximo.

Então, está aqui a nossa proposta. Eu acho que temos muita coisa boa aí para poder falar. Deixo aqui o nosso abraço fraternal. Um abraço, meu caro Edinho, você que veio de longe.

Transfiro a palavra ao nosso Rasca, ele que é o dono da casa, para encerrar nossa audiência.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. COORDENADOR (Rasca Rodrigues) - Quero agradecer imensamente a presença à Comissão da Reforma Política, representada aqui pelo seu Vice-Presidente, o Deputado Edinho. Agradeço ao nosso Deputado Sandro Alex, que teve a iniciativa de trazer esta audiência, apesar de ter sido dito por um orador da tribuna que as audiências públicas não têm contribuído para aprofundar o debate. Eu, que milito politicamente há muito tempo, nunca vi tanta audiência pública sobre diversos assuntos diferentes, em relação a todos os temas, no Brasil como um todo, e isso tem ajudado bastante, assim como as conferências de Meio Ambiente, conferências estaduais, conferência nacional, como no caso do SUS.

Quer dizer, esse processo todo de aperfeiçoamento vai existir em audiência pública e é fundamental para dar voz a quem não tem voz e ajudar no processo político, como percebemos pelas manifestações que tivemos aqui, que trouxeram diversos modelos do processo político existente no mundo, em que cada um tem a sua peculiaridade, e também tem que se colocar em relação ao aspecto cultural de cada país. E, como eu disse no início, parece-me que são apenas dois países que ainda insistem nesse modelo nosso. Portanto, eu não acredito que mais de 190 e poucos países estão na direção errada, que só nós, o Brasil e a Finlândia, estão na direção certa. A inclusão tem que acontecer, essa paridade tem que existir, não só de gênero, mas também de outras minorias que não fazem parte desse processo.

E, em nome do Deputado Valdir Rossoni, quero agradecer imensamente a todos que ficaram aqui. A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná tem cumprido esse papel, no sentido de abrir o seu plenário, as suas instalações para que ouçamos a sociedade civil organizada, para que ouçamos os cidadãos nesse



processo, porque vai ser importante essa reforma. Ela tem que vir? Vai ter que vir, e nós esperamos que venha de acordo com as experiências exitosas que aconteceram no mundo, olhando também para o passado, onde não deu certo.

Digo, portanto, que nós temos a oportunidade de criar um modelo que talvez possa ser inspirador de outros para outros países, inclusive diante do que estamos vendo nas praças públicas do mundo inteiro, ou seja, a desqualificação do debate político, da atividade política. Portanto, se não encontrarmos um caminho, seremos, talvez, logo lá na frente, apartados desse processo pelas praças públicas e pelo ronco das ruas.

Então, eu fico muito satisfeito com esta audiência, em nome do Deputado Valdir Rossoni. O Partido Verde tem dado as suas contribuições, tem participado. A Deputada Rosane Ferreira tem nos colocado a par dessa discussão toda, tem se reunido em Brasília, e eu fico feliz de estar aqui neste dia, de presenciar este momento.

Em nome do Deputado Valdir Rossoni quero desejar, àqueles que vão retornar, um bom retorno, uma boa viagem, e um bom almoço para todo mundo, pois nós já passamos da hora. (*Palmas.*)